

A misericórdia

1. O evangelho da misericórdia

1.1 O imperativo da misericórdia

“*Sede misericordiosos como o Pai vosso é misericordioso*” (Lc 6,36) é o cerne do evangelho segundo Lucas. O evangelho todo é, com efeito, uma variação deste tema, seu comentário.

- Para compreendermos a importância deste versículo, lembramos que ele “ecoa” o código fundamental da Lei, em destaque sobretudo no livro do Levítico: “*Sereis santos, pois eu sou santo*” (cf. Lv 11,44.45; 19,2; 20,7.26). É o princípio da Lei. Devemos ser como Deus. E como é Deus? Santo. O que significa “santo”? Santo é um atributo que não tem analogias, que dizer que é diferente, ele somente é o santo. “Santo” significa “separado”, “inviolável”, “inalcançável”. E nós temos que nos tornar como Ele, santo. É um mandamento, mas também o desejo profundo do homem: ser como Deus. Desejo que veio à tona já com Adão (cf. Gn 3,5) e em todos os mitos antigos. O que é que fez Adão? O que é que fez Prometeu, quando procurou roubar o fogo divino? O que é que fizeram os titãs, quando procuraram escalar o céu? E o que é que faz o ateu quando, negando Deus, coloca-se no lugar de Deus? Afinal, o desejo profundo do homem, a sua marca indelével é o de ser como Deus. O homem é desejo infinito, abertura ao infinito. O problema, porém, agora é saber como é Deus, pois Ele é outro, diferente. Mateus – no trecho paralelo – escreveu: “*Sejais perfeitos*”. Deus é “outro” pois é perfeito, nós, ao contrário, sentimos sempre falta de alguma coisa. Ele não, ele é perfeito, completo. Lucas explica em que sentido Ele é “outro”, “diferente”, “perfeito”. A perfeição de Deus consiste no fato de Ele ser misericordioso, aliás de Ele ser misericórdia. Deus é outro, diferente, impensável, santo pois Ele é todo misericórdia! A misericórdia é a sua santidade. Deus é Deus pois ele é misericórdia!
- A palavra grega “misericórdia” traduz a hebraica “rahamim” que significa “útero materno”. A essência de Deus Pai consiste em ser mãe! *Sede misericordiosos...* sede “uterinos”, “maternos” como o Pai vosso celeste! A imagem do útero diz que Deus é amor que necessariamente acolhe! É o princípio da vida que não julga, não condena, acolhe sempre; princípio do amor que torna-se maior quanto maior é a miséria, que resgata do mal revelando-se, no mal mesmo, gratuidade e amor absoluto. A mãe, com efeito, não abandona o filho quando ele está se sentindo mal ou faz o mal. A mãe ama-o mais ainda. E amando-o desta forma ela mesma compreende o que é o amor. Do mesmo jeito compreendemos a Deus no mal, na miséria. Portanto tornamo-nos como Deus não porque perfeitos e sim porque misericordiosos! Paulo fala o mesmo: “*Bendito seja o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, o Pai das misericórdias e Deus de toda consolação*” (2Cor 1,3).
- É um grande mistério! Nós pensamos sempre que Deus seja o todo-poderoso, criador, dono de tudo... na verdade Deus é “outro”, Deus é Pai e a sua essência é ser mãe.

Sim é Pai enquanto mãe. A sua paternidade, o seu ser o princípio que rege o mundo, princípio que o julga (pois o mundo precisa ser regido com juízo, critério, sabedoria, liberdade), é o seu ser uterino, isto é: amor absolutamente acolhedor, que é princípio de toda liberdade, toda vida, toda alteridade.

- E o texto, ao pé da letra, não fala “*Sede*” e sim “*tornai-vos*”: entre o “ser” e “não ser” há o tornar-se. Isto é: um caminho, dia após dia. E isto é o imperativo fundamental do Cristianismo: tornem-se o que são! Somos filhos de Deus, iguais a Ele, chamados a nos tornar como Ele, maternos. Um Deus que respeita a liberdade, pois sempre acolhe, transforma cada limite/limitação em lugar de acolhida, cada miséria em lugar de misericórdia, cada mal em lugar de perdão, cada abismo de maldade é preenchido por um abismo de amor. Portanto Deus se revela como Deus justamente no mal, não porque Deus precise do mal, e sim porque – como escreveu Paulo na carta aos romanos – a misericórdia foi maior quando o pecado foi maior: “...onde avultou o pecado, a graça superabundou” (cf. Rm 5,20). O pecado é como o “buraco” do oceano que acolhe a água: quanto mais profundo, tanta mais água será acolhida! O mal, de verdade, não vence, a misericórdia de Deus resgata de toda miséria. E Deus manifesta-se justamente na misericórdia. Jeremias também tinha escrito: “*Eles não terão mais que instruir seu próximo ou seu irmão dizendo: ‘Conhecei a Iambeh!’. Porque todos me conhecerão, dos menores aos maiores, porque perdorei sua culpa e não me lembrarei mais se deu pecado*” (Jr 31,34). É no perdão, a saber no amor gratuito e sem condições, que compreendemos que é Deus.
- E o evangelho segundo Lucas é uma variação sobre o tema da misericórdia. E enquanto todas as religiões propõem uma ascese ou uma moral – sérias e justas, necessárias, com certeza – aqui propõe-se a misericórdia. “*Tornai-vos misericordiosos*”. Agora, quando pensamos em Deus misericordioso, nós pensamos logo: “*Que bom, assim posso fazer tudo o que eu quiser, tanto Ele vai me perdoar*”. Este raciocínio é perverso. Será que vou torturar, atormentar a minha mãe porque me ama e não reage? Quem pensar desta forma, não compreendeu o amor! Quando eu compreender a misericórdia, se eu compreender a misericórdia, eu vou começar a usar misericórdia! A misericórdia de Deus é uma santidade superior a qualquer santidade, aceitar o outro como “outro” no seu limite, no seu mal, na sua miséria... é maior de qualquer ato heróico. É a atitude de Deus para conosco. E desta forma nós nos tornamos como Deus. O que Deus espera de nós é que nos tornemos justos como ele, isto é misericordiosos, uterinos, como o Pai.
- E acrescenta “vosso”. O “meu Pai” de Jesus torna-se o “nosso Pai” e destaca-se “vosso”, pois estamos juntos. Na medida em que estivermos juntos, ele é Pai. Se você negar a fraternidade, ele não é Pai. Ele pode ser “vosso” só na medida em que aceitarmos a fraternidade. O evangelho segundo Lucas, como dizíamos, é uma variação do tema que é a chave de leitura da Bíblia. Se você entender isso, poderá reler a Palavra de Deus a partir da criação conferindo que é isso mesmo! Se esquecermos isso, acabaremos reduzindo o Cristianismo a “religião”. Agora, as religiões todas são positivas, mas também negativas, pois em nome de Deus machucamo-nos! É em nome de Deus

que cumpre-se todo o mal, julga-se, condena-se, divide-se, luta-se uns contra os outros. É um horror. E compreender a misericórdia de Deus é a maior purificação que não conseguimos com ascese alguma e sim experimentando-a pessoalmente, experimentando a amor queimante, gratuito, absoluto de Deus. Se o experimenta de verdade e procura vivê-lo na sua vida, você mudará de verdade. Aos poucos: “*tornai-vos*”. É um caminho, dia após dia.

1.2 A “teoria” da misericórdia

O imperativo – “*Sede misericordiosos como o Pai vosso é misericordioso*” – pressupõe que se conheça “*como*” o Pai é misericordioso. E sendo que “*Ninguém jamais viu a Deus*”, mas “*o Filho unigênito que está no seio do Pai, este o deu a conhecer*” (Jo 1,18), nós podemos conhecer o “*como*” da misericórdia do Pai olhando para o Filho, Jesus, e olhando sobretudo para a cruz de Jesus que Lucas chama de “*teoria*”¹, isto é “*espetáculo*” (cf. Lc 23,48). É a visão de Deus: Deus “dá um show”. Além do que nós sentimos ou não sentimos a cruz manifesta o rosto de Deus.

I cena: a entronização do rei (23,33-34)

Encontramos nesta primeira cena aqui três cenas menores: a primeira apresenta Jesus com a sua entronização e a sua coorte; a segunda o juízo logo em seguida, juízo que normalmente é a condenação dos inimigos, mas aqui é o seu perdão; a execução do juízo, isto é os inimigos não são exterminados e sim recebem como herança as vestes, isto é o corpo.

- A primeira cena. A palavra “lugar” no evangelho aponta, normalmente, o templo, o lugar por excelência, o resto é “não lugar”, é profano. E o templo é o lugar da presença de Deus. E aqui o lugar da presença de Deus é o lugar da “Caveira”, um morro fora de Jerusalém, fora da porta onde faziam-se as execuções capitais que serviam para espetáculo para o povo todo que passava pela porta. É o lugar da morte. A tradição compara Jesus e Adão. Adão queria subir na árvore da vida para se tornar como Deus e Deus sobe na árvore da morte, que Adão ganhou, para dar a vida. E na tradição antiga encontra-se sempre aos pés da cruz um crânio que, conforme a tradição, é o crânio de Adão, isto é do homem, de todo homem. E sobre ele desce o sangue de Jesus, isto é a vida de Deus. E aí a cruz transforma-se na árvore da vida para a humanidade toda. O que Adão quis roubar, é dado de graça para todos! E a cruz, antigamente o patíbulo do escravo rebelde, é seu trono real. Com efeito encontram-se ali os dois malfeitores, punidos como escravos rebeldes. “*Ele e os malfeitores com ele, à esquerda e à direita*”. São os lugares pedidos por Tiago e João. E Jesus está no meio deles, isto revela a sua solidariedade com esses dois, que representam a humanidade inteira que divide-se em duas categorias os que são malfeitores e os que pensam em não sê-lo (mas são os piores!), ele está no meio. E por que o Pai enviou-o? Para salvar todos os homens perdidos. E na hora da morte todos os perdidos encontram-se, não podem mais fazer

¹ A palavra encontra-se aqui, em Lucas, pela primeira e única vez no NT.

o mal, e ele está aí com eles. Essa sua solidariedade absoluta com o homem, seja quem for, no momento pior, da morte, do abandono da vida, de Deus, de todos... e a morte do ímpio, do crucifixo é a impiedade máxima... ele está ali. E ali ele verdadeiramente é rei universal, de todos, e nele todos encontram a Deus, que é amor absoluto.

- A segunda cena: o juízo. E dali ele dá o seu juízo, que é: *“Pai perdoa-lhes”*. Jesus tinha ensinado: *“Não julgueis, não condeneis, dai...”* (6,37-38). *“Sede misericordiosos como o Pai”* e a essência de Deus é que é “mãe”, ama sempre. E quanto mais o filho apronta, quanto mais ama-o. Jesus ensinou a amar os inimigos, para sermos filhos do Altíssimo (cf. Lc 6,27.35), pois Deus não tem inimigos e sim somente filhos. Aqui Jesus é o filho igual ao Pai, perdoa a todos, os que o crucificaram. E nesse perdão revela quem é Deus, a saber alguém que sempre acolhe e perdoa. E o que é a salvação? Tornar-se como Deus. E Jesus é o homem que torna-se Deus porque em lugar de responder ao mal com o mal, respondeu ao mal com o bem. Enquanto todas as religiões amarram todo mundo com as leis e condenam ao inferno quem pecar, o cristianismo é salvação para todo perdido. E esta é uma boa nova. Deus não condena ninguém. É nós que condenamos uns aos outros, pois não sabemos quem somos e vivemos nos machucando. Isto, claro, não justifica o mal, pois a cruz é o sumo mal, mas desmonta o mecanismo do mal.
- Terceira cena. Os que o mataram, receberam as suas vestes. Elas são símbolo do corpo – o meu corpo dado por vós – a sua vida, a sua herança. Ora, que a salvação seja deste jeito, que Deus seja assim, tudo isso decepciona todos os religiosos! E o texto seguinte apresenta logo a interpretação religiosa da sua morte.

II cena: as três interpretações da cruz (23,35-39)

Agora encontramos as três interpretações da morte de Jesus.

- A primeira é a dos chefes religiosos que torcem o nariz. Do ponto de vista religioso, que Deus é um Deus que não salva a si mesmo? Um Deus que perde-se? Mas se Jesus descesse da cruz, se salvasse... o que faria? Jesus na cruz libera-nos da imagem de Deus que todos nós temos. Deus não é o maior egoísta que procura se salvar a si mesmo, custe o que custar, destruindo todos os outros; não! Deus é alguém que dá a vida por todos. E, reparem, “salvar a si mesmo” é o motor de todas as nossas ações. Procuramos sempre nos salvar. De que? Do fracasso, derrota... afinal da morte. Mas ninguém pode nos salvar da morte! Somos mortais. Todo o mal que fazemos é por medo da morte, pois pensamos que a vida biológica seja o absoluto e aí procuramos possuir infinitas coisas, para garantir a nossa vida, sacrificando os outros, se necessário e sacrificando-nos, a nossa vida, às coisas, que tornam-se ídolos. E todo o mal, as guerras, as injustiças... vem deste “querer salvar a si mesmo” de uma forma errada. Aqui encontram-se as três tentações que vem à tona de forma invertida: a primeira diz respeito a Deus, a segunda ao poder, a terceira à própria vida. Se Deus se preocupasse em salvar a si mesmo, como nós, seria o maior egoísta, o sumo mal. O egoísta procura

sempre salvar a si mesmo sacrificando os outros. E Deus é Deus não porque quer salvar a si mesmo e sim porque dá a si mesmo. Deus é dom e amor. Sem condições. Por isso ele é Deus. Ele não é dever, obrigação. É amor que doa tudo, misericórdia infinita. Não é leis, normas, decretos... castigos e punições quando alguém errar... não, isso é o que nós fazemos, por interesse (e por isso mudamos as leis também!). Não. Deus conhece só uma lei: a do amor, a de dar a si mesmo. O cenário inicial foi “Jesus solidário com os malfeitores, ele inocente”. Perdoa. E logo em seguida, esta interpretação religiosa, mas que religião é essa se Deus é deste jeito?! Exatamente, o cristianismo é a salvação de... “deus”, daquele deus maior egoísta, patrão que domina todo mundo, controla todo mundo, julga todo mundo, condena todo mundo. Este Deus chama-se de “Satanás”. É a imagem que o diabo tinha sugerido aos nossos progenitores. E Jesus é Deus, o eleito de Deus, e revela quem é Deus. E dá a si mesmo, sem condições. E desmascara toda religiosidade diabólica. E, com efeito, antes da cruz, só os demônios chamavam Jesus de “Deus” e ele os ameaçava, mandando-os se calar. O próprio Pedro foi chamado de “Satanás”, pois ele não pensa como Deus e sim como os homens. É só na cruz que compreendemos quem é Deus. É alguém que não condena, não julga. Ao contrário, ama, doa, perdoa, dá a vida. E não porque ele comete uma injustiça e sim pois ele é justo! Se fizesse injustiça, seria como nós, querendo salvar a si mesmo e por isso, então, condenaria os outros. Que Jesus nos salve da religião e que o cristianismo não seja mais uma religião – a pesar de todas as nossas tentativas de transformá-lo num gueto contra outras religiões – é uma coisa maravilhosa. E nós não compreendemos ainda o porte!

- (23,36-38) “*Ok – podemos pensar – vamos supor que Jesus me salva dessa falsa imagem de Deus... mas o resto? A história, a sociedade, as nossas relações... em prática, qual salvação me oferece?*” Eis, pois, a segunda interpretação que corresponde à segunda tentação experimentada por Jesus no deserto, a do poder. “*Eu ti darei todo este poder com a glória destes reinos, porque ela me foi entregue e eu a dou a quem eu quiser*” (Lc 4,6). E na cruz há o título: “*Este é o Rei dos judeus*” (23,38). O rei, simbolicamente, é o homem realizado, imagem de Deus, homem ideal, ideal do homem (todo mundo gostaria de ser rei!). E quem é o rei? Alguém que salva a si mesmo, do contrário que rei seria? Esta objeção foi feita pelos soldados que caçoavam dele. Qual é o seu poder, se ele nem sabe salvar a si mesmo? Bom, Jesus é rei dos judeus, perfeita imagem de Deus, porque o seu poder não consiste em se salvar a si mesmo, sacrificando os outros e sim em ser tão livre de oferecer a vida a todos e servir a todos. Por isso ele é o rei que nos liberta de toda forma de poder e opressão do homem sobre o homem. Então, do ponto de vista político – e nós cristãos ainda não o compreendemos! – Jesus nos liberta da falsa ideia de poder. O poder do cristão não consiste em ocupar os lugares de poder, a fim de impor o cristianismo... o nosso modo de dominar, não existe. É servir o homem na sua liberdade, respeitando-o, sem violência, sem injustiça. Substituindo à dominação e ao poder o serviço e a atenção ao último que é o princípio do nosso Senhor. O filho do homem, o último. Por conseguinte mudam totalmente as relações na política. Por isso é impor-

tantíssimo que o cristão engaje-se na política, mas – claro – não para concorrer com as lógicas de poder, e sim para poder viver de uma forma diferente. Poder significa “possibilidade”. Há também a possibilidade da solidariedade, da justiça, da paz, do mutuo serviço. O fruto desse evangelho hoje são os direitos humanos que visam proteger os últimos, os pobres, a justiça, a equidade, a solidariedade, a ecologia, o respeito do mundo... pelo menos fala-se de tudo isso mesmo que a história continua sendo feita pelos “outros”. Essa história porém não é única história, é só a história das guerras, injustiças, do mal. Existe com efeito a história do bem também, que envolve a maioria do mundo (os pobres são de fato a maioria!), e é a história da solidariedade, da humanidade... a única força capaz de vencer o mal que nós fazemos. Então libertando-nos da falsa imagem de Deus que é demoníaca, liberta-nos da falsa imagem de poder que é demoníaca também. É o que Jesus tinha falado a Pilatos quando lhe perguntou: “*Tu és rei?*”. “*Sim, eu sou rei, mas da verdade, não da mentira como tu és!*”. O cristianismo, pois, não justifica nenhum poder de dominação do homem sobre o homem. Tirar a liberdade é destruir o homem, é tirar a imagem divina que está nele. E Deus respeita a nossa liberdade sempre, mesmo quando vamos contra ele. Ou contra nós mesmos, que para ele é pior ainda. Mas se tirarem de nós a liberdade, não poderíamos nem ser irmãos, nem sequer agir com responsabilidade. Então aqui abre-se toda a nossa responsabilidade, a capacidade de responder de forma nova a esta nova imagem de Deus e de homem: o homem realizado é quem é capaz de amar, de servir. Caso contrário ele seria morto dentro e espalharia morte. Esta falsa imagem de Deus e de homem é bem enraizada em nós! E o problema é mesmo cultural e moral. Nós, nós cristãos, temos que purificar o nosso coração e a nossa mente, não o dos outros. A cruz de Jesus, pois, que parecia irrelevante do ponto de vista político, sacode todos os equilíbrios. Eles caçoam de Jesus e não compreendem que, na verdade, estão caçoando do homem e da história.

- (23,39) Mais um passo. “*A cruz me salva de Deus, me salva da falsa imagem de homem, tá legal, mas depois, quando eu morrer... vou morrer do mesmo jeito, portanto para que me serve tudo isso?*”. Eis então a terceira objeção, a terceira tentação, a do primeiro malfeitor. Os dois malfeitores eram provavelmente os companheiros de Barrabás, aprisionados por causa de uma rebelião. O chefe foi libertado, esses dois, junto com Jesus, são o espetáculo que Pilatos oferece ao povo. Esses dois malfeitores são “dois” mas em Lucas os “dois” muitas vezes representam “figuras duplas”, a saber uma única figura que passa ou precisa passar de um estado ao outro: os dois irmãos (o mais velho e o mais novo), a prostituta e o fariseu, o publicano e o fariseu... deste ponto de vista, nós somos o primeiro malfeitor que precisa se tornar o segundo. Nós somos o primeiro malfeitor que diz: “*Tu és o Cristo. E aí salva a ti mesmo e a nós?*”. De que? Da morte. Por quê? “*Porque eu estou aqui injustamente. Eu queria matar esses sújos romanos e libertar o povo. Eles porém são mais fortes do que eu. Me prenderam. Mas tu és o Cristo, tu és mais forte do que eles. Então vença. Salva a ti mesmo e a nós?*”. De que? Da morte. Esse primeiro malfeitor pensa em ser justo. Rebelou-se contra o poder com as mesmas armas do poder. Fracassou, mas “*eu*

– pensa ele – *queria uma coisa justa, libertar o povo do poder*”. “*Por que tu, então, não me salvavas?*”. Esse “*Salva a te mesmo. Salva a te mesmo. Salva a te mesmo e nós*” é o refrão. O “salvar a si mesmo”, que chama-se de “egoísmo”, é o princípio de toda ação. Está errado? Sim e não. “Não” se “se salvar” significa “viver” e ninguém quer se perder e morrer. “Sim” se “se salvar” quer dizer sacrificar os outros. “Se salvar”, custe o que custar, não é o supremo princípio das nossas ações! Existe a honra também, a dignidade também, o amor também, o fato de que somos humanos e temos que morrer com dignidade, o respeito do outro, a atenção pelo outro, o saber que somos mortais, aceitar o fato de morrer... e o que é a vida? Não é a vida biológica. Por que para nós a morte é um grande drama? Porque para nós o princípio da minha ação é o meu “eu” e onde e se eu acabar, tudo vai acabar. E aí procuro me salvar de qualquer jeito, até “comendo” todos os outros. Na verdade o meu limite/limitação é o lugar de comunhão com o outro. Não devo me salvar do meu limite! O limite pode ser o lugar de agressão do outro, pois quero me impor e não aceito a minha limitação; ou se eu aceitar o meu limite, ele torna-se lugar de comunhão e de solidariedade com o outro. A morte é o meu limite absoluto e experiência de comunhão: Deus me criou e, quando morrer, voltarei a Deus. O veneno, o agulhão da morte é o pecado (cf. 1Cor 15,56). O pecado é o egoísmo, concentrar tudo em si mesmo. Então é claro que onde eu acabar, tudo vai acabar também. Mas se eu não estiver concentrado em mim, o meu limite é o lugar de relação com o outro. E o meu limite absoluto, do início ao fim, é a minha relação com o absoluto. De Ele venho, a Ele volto. Do contrário é impossível viver. Seríamos escravos do medo da morte por toda a vida (cf. Hb 2,14), realizando o que fazemos impulsionados pelo medo, isto é o mal. Viveríamos infelizes a vida toda, esperando a morte. Se, ao contrário, souber que a morte é voltar para casa, em primeiro lugar não serei mais egoísta, pois me sentiria amado, viveria no amor, e curtiria a criação toda que é o maravilhoso dom de Deus e quando a vida acabar, não vai acabar, vai se cumprindo, chegando a sua meta. Quando chegamos no tope da montanha, o que pensamos? Que acabou a meta? Não, sentimos que chegamos e agora podemos curtir a paisagem. Se, porém, eu souber que no tope alguém vai cortar a minha cabeça... claro que eu não quero ir pra lá. Quem puder viver bem, sabendo que o seu destino é a morte? A verdadeira origem de todos os nossos males é o medo da morte. Ora, o texto mostra que, mesmo que a minha morte seja a do malfeitor, Deus está ali comigo. Isso é o que compreende o segundo malfeitor que dirige-se ao primeiro dizendo: “*Tu não debes falar assim, pois tu és condenado à mesma morte*”. O que quer dizer que Deus é condenado à mesma morte? Como ele conseguiu entender que Jesus é Deus se ele está na cruz do mesmo jeito? “*Porque eu fiz o mal e justamente estou pagando por isso, estou sofrendo pelo mal que eu queria fazer, matar os romanos... ele, ao invés, não fez mal algum. Por que então está aqui? Por quê?*” Eis aqui o enigma. “*Ele está aqui para... ficar comigo. É alguém cujo amor é mais forte do que a vida e a morte. E isso chama-se de Deus*”. Cumpre-se a palavra do Cântico dos cânticos (cf. Ct 8,6). É aqui que conhece-se a Deus, onde o amor vence a morte e estabelece comunhão e solidariedade até na maldição absoluta que é a morte do malfei-

tor, do crucifixo onde sozinho, abandonado por todos. Não. Você não está sozinho, abandonado. Deus está ali com você. E se não for assim, é impossível viver. O princípio de tudo seria o mal que nos condena à morte. Vocês dariam à luz filhos para condená-los à morte? Esta é a nossa mentira sobre a vida, a saber nós pensamos que a vida acaba na morte. “*Não, vocês estão muito equivocados*”, diz Jesus. O homem é consciência da morte, por isso faz o mal, mas sendo consciência da morte, ele é além da morte, transcende-a. E aí precisa encontrar o sentido da vida, que não é a morte e sim a comunhão com Deus e essa comunhão vence, desde já, a morte. “*Sabemos que passamos da morte para a vida, pois amamos os irmãos*” (1Jo 3,14). O amor, com efeito, não conhece morte e transforma o limite numa comunhão. É o que testemunham as palavras do segundo malfeitor que, ao contrário do primeiro, reconhece que Jesus é rei e há um reino que vai além da morte e já está aqui presente, pois este amor já venceu a morte, é mais forte da morte. Existe pois um futuro. “*Estará comigo* – responde Jesus – *pois eu estou contigo*”. A morte não é a última palavra, não é solidão e sim comunhão. “*No paraíso*” que é o jardim original. Este segundo malfeitor é típico de Lucas, pois quer explicar por que Jesus morreu por mim. “*Eu, com efeito, não estava lá, quando Jesus morreu, quando foi morto*”. Eu, porém, não sou diferente deste segundo malfeitor, que não o matou, mas está na cruz e se pergunta: “*E ele, Jesus, por que está na cruz?*”. E compreende que Jesus – mesmo sendo inocente – está na cruz para estar com ele. E aí compreende que Jesus morreu por ele. O cristão da terceira, quarta... geração² compreende pois que Jesus morreu por ele. Está aqui para estar comigo. É a grande revelação.

III cena: a interpretação teológica da cruz (23,40)

Depois das três interpretações humanas da cruz, o texto apresenta a interpretação teológica por meio de manifestações cósmicas e das reações dos presentes.

- A primeira manifestação é a das trevas. É a hora sexta, meio dia, o sol torna-se trevas. Segundo a tradição é a hora do pecado de Adão que escondeu-se, fugindo de Deus. Esconder-se de Deus que é luz e amor significa estar nas trevas. O pecado é desligar a criação do Criador e fazê-la voltar ao nada, às trevas originárias. O sol some. É o fim do tempo, do mundo. Na cruz já acabou o mundo do mal e do pecado. Quando falam do fim do mundo, os evangelhos dizem que ela já aconteceu na cruz.

² E todos os evangelhos apontam para a visão de Deus na cruz, desde o começo eles apontam para a cruz, e cada um chega até lá segundo o seu caminho. Lucas porém enfrenta um problema diferente dos outros evangelistas. João viu a Jesus, se encantou e nos introduz no mistério dessa forma. Marcos, que viu Jesus, conta a experiência de Pedro que o viu também. Matheus também refere o que ele viu e experimentou e transmite esta experiência de Deus, tão forte, e a escreve pensando naqueles que não o viram, claro, para que quem não o viu possa experimentá-lo também através da palavra. Lucas, ao contrário, não viu Jesus. E como nós, ele leu os evangelhos e todos os relatos que já existiam sobre Jesus e escreve para a “terceira geração” que não é como a primeira que o viu e ficou encantada, não é como a segunda, a de Lucas, que diz “*Eu não o vi, mas vi quem o viu e disse que ia voltar logo*”. Mas ainda não voltou. Lucas dirige-se à terceira geração que não o viu, não viu aqueles que o viram e ele já sabe que Jesus não vai voltar cedo... e então reflete sobre a história e pensa: “*Mas como é que é? A história continua do mesmo jeito, como antes. O que significa, pois, que a cruz de Jesus nos salvou? O que revelou a sua glória? O que significa que ele morreu por mim, se eu não estava lá?*”. E aí Lucas enfrenta esses temas, característicos da terceira geração, da nossa e das outras, destacando que nós somos chamados a fazer a mesma experiência, que ele morreu por mim e deu a vida por mim. E aí a salvação, a vida nova será entrar nesse mistério, do amor infinito de Deus por mim, pela experiência da sua misericórdia que faz com que eu viva, desde já, a vida eterna.

- A segunda manifestação cósmica é da do véu: “*rasgou-se o véu do santuário*” que escondia o santo dos santos, Deus. Rasgou-se. E Deus manifesta-se na terra. É uma cena de nascimento. E o grito do filho é o grito do nascimento do filho, que nasce como filho pois a sua morte é o nascimento definitivo. O fim do mundo do pecado é, pois, o início de um mundo novo, o dos filhos que se entregam nas mãos do Pai: “*Pai, em tuas mãos...*”; que “respiram” a vida de Deus. “*Expirou*”. A vida é inspirar e expirar. Nós estouramos pois queremos sempre inspirar, inspirar... e acabamos vivendo angustiados e estouramos pois queremos somar a vida. Se, ao invés, aceitarmos receber e dar a vida, nós a possuiremos, viveremos no fluir da vida que não é “segurar”, “somar”, “querer mais e mais” e sim é amar, dar, se entregar... Se quisermos “segurar” a vida, acabaremos perdendo-a, morrendo... do mesmo jeito que vai morrer aquele que tentar “parar” a respiração para não gastar o ar! Do contrário Jesus expirou, o filho inspira e expira, respira. Aliás: vive! A morte, que tanto angustia, revela-se agora o retorno ao Pai, o nascimento do filho. Deus nasce na terra. Pela primeira vez, vemos Deus face a face, sem véu. Na nudez da cruz, vemos a Deus. É esse homem aí. O corpo de Jesus, corpo de carne, é a revelação única e total de Deus. A própria carne de Jesus é a realidade de Deus, carne do crucifixo que revela Deus: “*Nele habita corporalmente a divindade*” (cf. Cl 2,9). Paulo dizia: “*Eu não quis saber outra coisa entre vós a não ser Jesus Cristo, e Jesus Cristo crucificado*” (1Cor 2,2). “*Ensinamos a sabedoria de Deus, misteriosa e oculta, que Deus antes dos séculos, de antemão destinou para a nossa glória. Nenhum dos príncipes deste mundo a conheceu, pois se a tivessem conhecido não teriam crucificado o Senhor da glória*” (1Cor 2,7-8). Mas é o que Deus preparou para nós, o que olhos ouvidos, corações não perceberam. E João escreveu: “*Ninguém jamais viu a Deus*” (Jo 1,18), só o filho na sua carne, isto é o filho que se fez carne revela a Deus. E o corpo de Jesus na cruz é a revelação total de Deus. A teoria, a visão. E a negação de todas as imagens de Deus.
- A primeira reação é a do centurião pagão que “*glorificava*” a Deus reconhecendo Jesus como “Justo”. Em Lucas é o malfeitor que reconhece Jesus como Filho de Deus, o soldado o chama de “justo”. Lucas quer destacar que Jesus era justo pois os cristãos de Lucas, mesmo sem cometerem o mal, estavam sendo perseguidos. Os justos sempre pagam pelo mal dos outros. É normal! Eles completam o que falta à paixão de Cristo para a salvação do homem (cf. Cl 1,24), a saber o que falta é só o nosso “sim” E, vivendo um amor mais forte do que a morte, já vivem a vida eterna. O mal não consiste em ser perseguidos e sim em perseguir! Por isso até nas perseguições Jesus nos convida à alegria: “*Alegrai-vos*” (cf. Mt 5,12; Lc 6,23). Esse será o tema que Lucas desenvolverá nos Atos acompanhando a aventura da Palavra na viagem das testemunhas.
- Enfim, a última reação é a da multidão. Ela está assistindo a este espetáculo, “teoria”. Vemos Deus face a face. É a única teoria cristã, a cruz. E a multidão reconhece: “*Erramos*”. E voltam todos. A vida, vivida desde Adão como fuga de Deus, agora começa a ser um retorno a Deus. A vida pode ter outro sentido. Podemos viver de uma forma diferente, uma vida nova, com uma nova imagem de Deus, de homem, de vida e de

morte, sabendo que o que vale é a misericórdia, a solidariedade, a fraternidade, esta é já vida eterna. Viver essa vida é entrar na vida de Deus³.

1.3 O caminho da misericórdia

Refletimos sobre o imperativo da misericórdia, destacando o “como” da misericórdia do Pai. Agora, acompanhando as palavras do próprio Jesus, refletimos sobre o “caminho da misericórdia”, isto é sobre os passos que nos tornam misericordiosos como o Pai. Esses passos são quatro: “*Não julgueis... não condeneis... perdoai... dai...*” (Lc 6,37-38)⁴. Logo em seguida, no trecho seguinte, Lucas explica que não há outro caminho, quem pensa em ser “iluminado” conhecendo outros caminhos, na verdade não passa de um cego!

a. O caminho correto (Lc 6,37-38)

- “*Não julgueis*”. A tradução não é correta. Se fosse “*Não julgueis*” a língua grega usaria o aoristo⁵. Aqui, porém, há o presente. O presente precisa ser traduzido da seguinte forma: “*Chega de julgar*”, “*Pode parar de julgar*”. Quer dizer: “*Sendo que vocês vivem julgando os outros, agora chega!*”. Então, se quisermos nos tornar como Deus a primeira coisa é parar de julgar. E o que é julgar? É a primeira coisa que fazemos encontrando alguém. Nós medimos, pesamos, avaliamos, peneiramos... as pessoas. A palavra “julgar” significa mesmo “*peneirar*” e peneirando, na peneira, nós ficamos com o que não presta, ao passo que deixamos cair a farinha! A farinha passa... ficam, diante dos nossos olhos, os defeitos. E assim pensamos: “*É legal, mas...*”. Quem julga, acaba pecando de muitas formas. A primeira: ele se substitui a Deus, que é o único juiz. E nós não julgamos como Deus, muito pelo contrário! Deus é bom, por isso julga o outro como bom. Nós somos maus, portanto julgamos que o outro também seja mau. O único juízo de Deus, em todos os evangelhos, é a cruz de Cristo. A saber o juízo de Deus é o seguinte: o homem é tão bom, que vale a pena morrer na cruz por ele, mesmo que ele o crucifixe “por erro”, sem nem saber o que está fazendo (Lc 23,34)! Este é o único juízo de Deus, a cruz onde ele dá a vida pelos pecadores, perdoando. Por quê? Porque “*tu és precioso aos meus olhos, és honrado e eu te amo*” (Is 43,4). Até o homem mais pervertido, mais afastado de Deus... Deus o considera mais precioso do que a si mesmo, pois Ele ama e amar quer dizer honrar o outro mais do que a si mesmo, infinitamente. E podemos estar juntos somente se não nos julgamos, do contrário conviver seria um calvário. “*Para não serdes julgados*”. Isto quer dizer que, se eu julgar, eu serei julgado. Mas não por Deus e sim por mim mesmo. Chama sempre atenção o que falam as mães a respeito dos filhos presos por aprontarem muito: “*Meu filho é bom*”. E têm razão! Deus

³ Aprofundamento: Sl 21(22); Is 52,13-53,12; Ex 33,18-23; Am 8,9ss; Gl 3,13; 1Cor 2,2; 2Cor 5,21; Rm 5,6-11; Gl 2,20; Hb 2,14ss; Ap 5,1-14; Lc 6,20-26.27-38

⁴ Trata-se de 4 imperativos, cinco com o da misericórdia que, juntos aos 12 antecedentes, dá 17. O número 17 é o da palavra hebraica “tov” que quer dizer “lindo”. Estes 17 imperativos devolvem-nos a nossa identidade, a nossa beleza originária, como Deus pensou o mundo quando, criando-o, comentou que tudo era “lindo” e o homem “muito lindo”. Estes imperativos, em forma indicativa, descrevem Jesus!

⁵ A língua grega, normalmente, usa o aoristo a fim de afirmar, como numa sentença, “*Tem que fazer assim*”; ou usa o futuro: “*Não matará*”. Aqui, porém, há o presente. Isto é raro, não é comum.

fala da mesma forma. Mas nós pensamos sempre em Deus como juiz! Para falar a verdade, Ele é juiz, sim, mas não como nós. O juízo de Deus é o dom do Espírito que é o advogado defensor, o consolador. Acrescentemos que não trata-se de aceitar e justificar tudo... não! É preciso condenar o mal, o pecado... mas não a pessoa. Nós, porém, justificamos muitíssimo o pecado, o mal. E isso não pode acontecer, pois o mal faz mal. O pecador, ao contrário, deve ser justificado. O juízo sobre o mal, sim; sobre o pecador, não, mesmo porque, aquele que faz o mal, é a primeira vítima do mal e precisa ser acolhido, curado.

- “*Não condeneis*”. Nós possuímos o poder de condenar. É a execução do juízo. “*Para não serdes condenados*”. Se nós condenarmos, condenaremos a nós mesmos. A saber: Deus não julga, é nós que julgamos. E o nosso juízo sobre os outros acaba sendo o juízo sobre nós. Por quê? Porque nós falamos do fundo do nosso coração. O nosso juízo revela o que está em nós!
- “*Perdoar*”. A palavra “*apoluete*” é “absolver” e absolver não é “*perdoar*” e sim “*soltar, desamarrear*”. Deus perdoa todo mundo. Se eu, porém, não absolver o outro por meio do meu perdão, se eu não soltar/desamarrear o outro... eu estarei condenando-o, como se não tivesse sido perdoado. Isto é, é o irmão que me traz o perdão de Deus. Eu posso condenar ou desamarrear/soltar o outro. Desta forma eu também serei solto. E se não absolver o outro, eu estarei ainda escravo do meu juízo, da minha ideia de um Deus que julga e condena... afinal eu mesmo estarei me condenando. Ef 4,32 mostra a raiz de tudo isso: a graça de Deus, o fato de ter sido justificado por Ele! “*Sede bondosos e compassivos uns com os outros, perdoadando-vos mutuamente, como Deus vos perdoou em Cristo*”.
- “*Dai...*”. O verbo não tem objeto. É no evangelho que encontramos o objeto do “*dar*”: o pão – “*Tomou o pão, agradeceu e o deu...*” – a saber o corpo dado por vós. “*Dar*” é a manifestação de Deus que é dom. E não se diz o objeto pois tudo deve ser dado. E eu vou receber na medida em que eu der. Receber o que? “*Uma boa mediada, calcada, sacudida... derramada no vosso regaço*”, “*regaço*” ou “*ventre*”: mais uma vez um termo materno. O que vou receber, pois, é a minha identidade de filho de Deus que é materno!

b. O falso caminho (Lc 6,39-42)

Lucas percebe que essa proposta de Jesus escandaliza todas as pessoas religiosas que pensam que, se somos justos, é preciso condenar (e não absolver) os maus. A proposta de Jesus é diferente, ela nos resgata do mal, não nos condena. E aí o justo pode pensar: “*Ok, essas palavras dizem respeito aos pecadores, pois eles precisam ser perdoados. E nós, os justos, os perdoadamos. Nós porém conhecemos outro caminho, outra via, que poucos iluminados conhecem. O caminho proposto da Jesus, o caminho da misericórdia é para esses pecadores, ladrões, adúlteros... para nós ‘perfeitos’ há outro caminho*”. E aí Jesus conta mais uma parábola para todos o que pensarem que é isso mesmo.

- Aquele que pensar que ele seja “iluminado”, que exista outro caminho superior que o da misericórdia... é cego! “Cego” não quer dizer que ele não enxerga nada, cego signifi-

fica que ele não sabe de onde é e para onde vai, não conhece a Deus (porque Deus é misericórdia), nem sequer a si mesmo (porque na verdade nós somos como todo mundo: somente os anormais se consideram diferentes dos outros. Sinal da normalidade é se considerar como os outros). Portanto quem tentar caminhos superiores ao da misericórdia é simplesmente cego, cairá na cova e trará consigo outros. “*Não existe discípulo superior ao mestre*”. Jesus é o mestre. E ele era amigo dos publicanos, prostitutas, glutão e beberrão...!

- O texto mostra agora quem são os maus mestres: são os cegos que não enxergam a misericórdia, são os presuntuosos, juízes implacáveis dos outros, mas muito tolerantes a respeito de si mesmo, procurando todo cisco no olho do outro, sem nem perceber a trave no seu! Já pensou alguém com uma trave no olho? Não dá para viver. Você está morto! Isto é: quem julga, ele mesmo já está morto. Não é filho de Deus, irmão de ninguém. Perdeu a sua identidade. É a verdadeira morte espiritual. A pretensão de fazer o bem corrigindo os outros, julgando-os, condenando-os. Hipócrita. Primeiro é preciso tirar a trave do meu olho, depois... só depois! Estamos ainda no capítulo VI do evangelho, encontraremos a correção fraterna no 17. Significa que antes de tudo preciso me corrigir, trabalhar a misericórdia, tirar as minhas traves. E depois, talvez, chegando a aceitar o outro sem condições, posso ajudá-lo de verdade! Temos bastante trabalho. Até quando? Durante a vida toda, e além dela, no purgatório também!⁶

⁶ Aprofundamento: Sl 117; 136(135), 103; Jr 31,31-34; Os 11; Jo, Lc 17; Mt 18.

2. A teologia da misericórdia⁷

2.1 O Deus da misericórdia

- a. *A misericórdia como principal “atributo” de Deus (cf. 1.1)*
- b. *A misericórdia como espelho da Trindade (cf. 1.2)*
- c. *A misericórdia divina, origem e meta dos caminhos de Deus (cf. 1.3)*

2.2 A misericórdia entre esperança e conversão (a questão da vontade salvífica universal de Deus)

- a. *As afirmações da Escritura*
- b. *Inferno ou apocatástase?*
- c. *A teologia de H.U. von Balthasar*

2.3 O testemunho da misericórdia

- a. *A devoção do Sagrado coração de Jesus*
- b. *O sofrimento dos inocentes*

3. A celebração da misericórdia⁸

3.1 Introdução histórica: o status quaestionis

Quais as principais formas de celebração da misericórdia ao longo da história?

3.1.1 A prática penitencial da igreja antiga (séc. II-VI)

Se buscas a salvação, vem agora até Jesus, o médico celeste, entra neste lugar de cura que é a sua igreja e vê que aqui encontram-se muitos doentes. (Orígenes, 103)

A igreja antiga – e ainda hoje as igrejas orientais – celebrava a misericórdia em chave terapêutica (e não jurídica): o pecado é mais um trauma que um delito, o pecador é mais um doente que um malvado, a penitência é mais um remédio que um castigo, a Igreja mais um hospital que um tribunal. Dentro desta perspectiva, encontram-se três formas:

- Em época patrística as relações comunitárias eram regulamentadas pela **correção fraterna** na base de Mt 18,15-17. A condenação do pecado não significava, com efeito, a condenação do pecador e sim a sua correção. A correção fraterna era uma pedagogia da misericórdia. Somente quando essa correção não dava certo, tornava-se necessário ir até o bispo e, as vezes, tornava-se necessária a excomunhão.

⁷ Cf. W. KASPER, *A misericórdia. Condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã*, Edições Loyola, São Paulo, 2015

⁸ Cf. G. BUSCA, *La riconciliazione, “sorella del battesimo”*, Lipa, Roma, 2011.

LUÍS MANUEL NOVAIS LEITÃO, *O sacramento da Reconciliação e a consciência de pecado*, Dissertação Final: http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/15728/1/SRCP_Final2013_E.pdf

- **A excomunhão** – à luz de Mt 16,19 e 18,18 – era também uma prática de misericórdia:
 - Ela visava **dois objetivos**: a conversão do pecador, a preservação da comunidade. Afastava-se o pecador, excluindo-o da comunhão (eucarística, litúrgica), a fim de a fim de corrigi-lo e readmiti-lo. A excomunhão tornava visível à comunidade a falta de comunhão espiritual que o pecado já tinha causado e mostrava ao pecador as consequências do seu pecado (a exclusão da comunhão dos santos). A excomunhão alertava também a comunidade acerca da gravidade do pecado.
 - Enquanto os pecados mais leves podem ser perdoados simplesmente dentro da celebração eucarística, **os pecados mais graves** podem ser perdoados somente passando por este processo de excomunhão: as transgressões do decálogo, os pecados que conduzem a morte (cf. 1Jo 5,16-17), os vícios (cf. Mc 7,21-22; Mt 15,9; 1Cor 6,9-10; Gl 5,19-21). Em síntese trata-se dos pecados contra a fé e o culto a Deus (apostasia⁹, idolatria, cisma); dos pecados que prejudicam as relações familiares (adultério e fornicação), dos pecados que ameaçam a convivência social (homicídio, violência...). Nesses três casos há sempre algo que morre: a vida da fé, a vida da família, a vida humana.
 - **Toda a comunidade participa desta pedagogia da misericórdia.** Enquanto o bispo, tendo recebido o carisma do discernimento, tinha que decidir se a remissão de um pecado deve acontecer na forma da penitência intraeucarística ou daquela extra eucarística com a excomunhão, a comunidade toda colaborava no processo de penitência do pecador intercedendo pela sua conversão: aos “perfeitos”, a saber os mártires e os confessores da fé, os penitentes se recomendavam; os “amigos de Deus” ofereciam orações e penitências; as viúvas ofereciam assistência espiritual. Marcas dessa atitude encontram-se em 1Cor 5,1-13; 2Ts 3,14-15.

“Não considere essas pessoas como inimigos e sim como membros sofridos e sem rumo, a fim de salvar o corpo todo de vocês todos. Desta forma vocês estarão trabalhando para a edificação de vocês também” (Policarpo, 113).

“Se bem a sua culpa seja grave e você não possa lavá-la com as lágrimas do arrependimento, chore por você a mãe igreja que como que uma viúva intervém em prol de todos nós como se fôssemos seus filhos únicos...” (Ambrósio, 113-114)
 - **O caminho de conversão desenvolvia-se ao longo do tempo.** O penitente confessava a sua situação de conversão, ingressava no grupo dos penitentes e aos poucos, segundo um caminho em 4 etapas, voltava à eucaristia. Conforme às etapas, eles eram chamados de: choramingões (os que ficavam às portas da igreja, vestidos com pano de saco, implorando as preces dos fieis), ouvintes (os que eram admitidos com os catecúmenos à liturgia da palavra), prostrados (os que eram ad-

⁹ A reconciliação dos apóstatas (crianças e adultos que apostataram sob a ameaça da tortura) levou a igreja a tomar consciência da sua missão terapêutica: cumpridas as obras da penitência, os apóstatas podiam ser reconciliados com a assembleia litúrgica. Isto acontecia por meio de um banho ritual e de uma unção com o crisma. Esta unção significa uma nova participação no Espírito santo. Os apóstatas, a saber os pecadores, traindo o seu batismo não perdem-no de uma forma irreparável, precisam porém de uma nova efusão do Espírito para despertar as energias espirituais do batismo.

mitidos à liturgia eucarística que tinham que assistir de joelho) e presentes (os candidatos a receber a Eucaristia na Páscoa seguinte, admitidos à celebração junto aos outros fiéis). No final do tempo da penitência o que perseveravam eram readmitidos na comunhão eucarística com um rito solene.

- **Os tempos desse caminho de conversão...** de poucas semanas até anos (20 em caso de homicídio!), levando em conta também a situação do sujeito e a sinceridade do seu arrependimento. Durante o tempo da penitência, o penitente tinha que respeitar um tempo de jejum semanal muito rígido, e uma regra de oração e prostração diária. Além disso, os penitentes, conforme ao pecado, podiam ser cobrados com outras penitências. Tudo isso não é vingança e sim uma ferramenta para o pecador tomar consciência da gravidade do seu pecado e para a comunidade tomar consciência da seriedade da conversão dele.

“Conceder aos pecadores ainda cegos a comunhão eclesíastica e o perdão... [seria falsa clemência]. Esta falsa clemência em dar a reconciliação não devolve verdadeiramente a comunhão eclesíastica e fecha o caminho da saúde” (Cipriano, 117)

- **A penitência canônica.** A prática da excomunhão entrou em crise com **a paz religiosa de Constantino** (IV século) porque diminuíram os casos de apostasia e, aumentando os cristãos, tornou-se impossível para os bispos avaliarem todos os casos! **A tradição latina** endureceu-se elaborando uma forma de penitência chamada de “penitência canônica”: admitiu a penitência só uma vez; considerou “infâmia social” a condição de penitente e, mesmo cumprido o caminho penitencial, o penitente permanecia penitente a vida toda tendo que respeitar proibições penitenciais (na área da profissão, da alimentação, da sexualidade...). Começou-se, por tudo isso, a deixar **a penitência para o fim da vida, como que preparação à morte!**

3.1.2 *A tradição monástica e a penitência tarifada (séc. VII-XI)*

Uma segunda etapa do desenvolvimento da celebração da misericórdia brotou dentro da experiência monástica. **O monasticismo favoreceu a passagem da penitência pública à confissão privada.** Como aconteceu?

- A experiência monástica:
 - **O ideal:** a *apátheia*, dominação das tentações para conseguir a paz do coração
 - **Condições:** comunidade fraterna, estudo das Escrituras, discipulado na escola de um mestre experimentado capaz de discernir o desígnio de Deus dentro da história das pessoas.
 - **Método:** atenção e interpretação dos movimentos da alma, por meio de uma disciplina da obediência que, por um lado, significa exercício de distância e difidência para com as suas opiniões e juízos... e, por outro lado, exercício de manifestação dos próprios pensamentos ao mestre (quase que uma confissão preventiva). A

“educação” realizava-se na instrução (responder às perguntas dos discípulos) e na sugestão dos remédios para as doenças da alma.

- **Ferramenta** no combate espiritual: a acusação e censura de si... para vencer o maior obstáculo à união com Deus: a pretensão de ter razão, de estar certo e a inclinação a si fundamentar sobre si mesmo, exaltando a própria vontade;
 - **O fruto** da obediência: a humildade interior.
- A experiência monástica foi o berço de uma nova forma de celebração da misericórdia: a penitência tarifada. *«um movimento monástico originário da Irlanda e da Grã-Bretanha introduziu no continente, a partir de 580, um novo sistema penitencial que, apesar de certas reservas, foi bem acolhido»*. As Igrejas daquelas regiões permaneceram isoladas do continente durante muito tempo. Por razões geográficas e políticas, a Igreja da Irlanda não tinha muitas relações com Roma; porém, tinha relações com o cristianismo oriental. Sabe-se que estavam organizadas segundo o sistema monástico: o abade era ao mesmo tempo guia dos monges e dos fiéis; o bispo era o próprio abade, ou um monge que dependia do abade. Nestes mosteiros, tal como no Oriente, os monges (mas também os clérigos e os leigos que vivem na órbita do mosteiro), confessam as suas faltas a um monge espiritual, sacerdote ou não, e recebem dele uma penitência cuja duração, que pode ir de alguns dias até vários anos, é proporcional à gravidade das faltas. Cumprida a penitência, o pecador apresenta-se de novo ao seu confessor, e recebe dele o perdão (considerado mais uma absolvição pessoal que uma reconciliação eclesial). Ao contrário do que acontecia na Itália ou na Gália, não havia interditos e, no caso de novas faltas graves, o penitente podia regressar para pedir novamente a penitência e a absolvição. A partir de 580, os monges irlandeses e britânicos começam a deixar as suas ilhas e a desembarcar no continente por motivos ascéticos (peregrinação) e missionários (evangelizar o continente, invadido por bárbaros). Levaram os seus usos e costumes litúrgicos e ascéticos para a França, Espanha, Alemanha e Itália: em sua opinião, as povoações europeias viviam mal o cristianismo e não frequentavam a eucaristia. As novidades introduzidas pela prática penitencial dos celtas são sobretudo quatro:
 - a extensão da penitência eclesial também aos pecados leves ou veniais,
 - o abandono da forma pública,
 - a ausência de interditos
 - o seu carácter repetível.
 - Estas “novidades” introduziram, a partir do final do século VI, uma nova prática penitencial chamada de **“penitência tarifada ou taxada”**: **a peculiaridade desta forma penitencial consiste na taxaçaõ precisa das penitências, a cada pecado corresponde uma determinada penitência** que o sacerdote aplica ao penitente. Embora mantendo os elementos constantes (confissão- penitência-reconciliação), essa nova prática abre perspectivas pastorais diferentes:
 - os fiéis não confessam seus pecados ao bispo, mas a um simples sacerdote (em casos excepcionais a um monge não sacerdote ou mesmo um simples crente);

- o fiel pode procurar a penitência quantas vezes seja necessário;
- tudo era feito em segredo;
- após a reconciliação não havia obrigações particulares ou os *interdicta* para cumprir. Por vezes nem sequer havia o rito da reconciliação propriamente dito: era suposto o pecado ser perdoado uma vez cumprida a penitência.

Porém, não se pense que a Penitência tarifada trouxe um relaxamento do sistema penitencial: na verdade, os *Livros Penitenciais*, impõem penitências tão rigorosas ou mais que as do período da penitência canónica. «*O que muda é a forma penitencial pública do sistema anterior*». **Afinal, aos poucos, na mutação histórica e pastoral a penitência canónica (pública, solene e não repetível) vai dar lugar a uma forma privada e repetível.**

3.1.3 A penitência privada ou confissão: a confissão sacramental

- Na Penitência tarifada (tal como na antiga penitência), o pecador é readmitido ao altar só depois de concluir a satisfação por meio das obras penitenciais, que continuam a considerar-se essenciais. A confissão e a reconciliação aparecem ainda como duas ações separadas no tempo (pela necessidade de cumprir a penitência). A partir do século IX, para casos excepcionais, depois de ouvida a confissão e de ser imposta a satisfação, é concedida imediatamente a absolvição (reconciliação). **Por volta do século X, alcança grande difusão o costume de concentrar todo o processo penitencial num único encontro; tal prática aparece totalmente consolidada no século XII, com a sequência fixada em confissão/absolvição (reconciliação)/satisfação (penitência) num só tempo**¹⁰. Deste modo, o essencial recaiu na confissão: esta era o ato penitencial que bastava para obter o perdão do pecado. A palavra “confissão”, passou a designar o conjunto do sacramento da Penitência. **Esta transformação marca o nascimento da Penitência privada.** O desenvolvimento da instituição da penitência eclesial pode considerar-se terminado por volta do ano 1250. **A forma da celebração já não sofrerá modificações de relevo.** O Concílio IV de Latrão (1215) «*estabilizou o desenvolvimento que se ia produzindo. Não se ocupa das duas primeiras formas de penitência [Canónica e a Tarifada] e sanciona a terceira [Penitência privada/Confissão] ... que chegou até aos nossos dias*».
- Os Concílios IV de Latrão e o de Trento são importantes pela legislação sobre a Penitência. **O IV Concílio Lateranense, o XII ecuménico, aprova o preceito da confissão anual e da comunhão pela Páscoa**, no importante cânone 21:

«Todo o fiel de um e de outro sexo, quando atinge a idade da discricção, confesse os seus pecados ao menos uma vez por ano ao seu próprio sacerdote, e se esforce por cumprir, segundo as suas

¹⁰ Um elemento que contribuiu para a deslocação da absolvição (antes da penitência) tem a ver com a confissão percebida e tratada pelos teólogos [já] como ato penitencial: a necessidade da confissão ser o mais detalhada possível (por causa das taxas correspondentes) comportava grande esforço moral. O escrito *De vera et falsa paenitentia* diz que a humilhação e a vergonha (erubescencia et rubor) inerentes à confissão dos pecados, constitui, por si mesma, a expiação propriamente dita, e será forjado este princípio: *Oris confessio est maxima pars satisfactionis* (confissão oral é a maior parte da satisfação).

forças, a penitência que lhe for imposta, e receba com respeito, ao menos pela Páscoa, o sacramento da Eucaristia, a menos que, sob conselho do próprio sacerdote e por um motivo razoável, julgue dever abster-se da sua recepção por um tempo: de contrário, durante a vida será proibida a entrada na igreja, e na sua morte será privado da sepultura cristã. (...) Se alguém, por justa razão, quiser confessar os seus pecados a um outro sacerdote, deverá primeiro pedir e obter permissão ao seu próprio sacerdote, sem a qual aquele não poderá absolver nem ligar».

Seguindo as normas conciliares, a maioria dos fiéis confessa-se uma vez por ano, mas um certo número, levando uma vida fervorosa, adopta outro ritmo, pedindo para se confessar uma ou duas vezes por mês, ou mesmo uma vez por semana: é mais uma transformação do sentido e da função do sacramento, que toma assim um lugar central na espiritualidade cristã. «*Esta **confissão frequente**, também chamada “**de devoção**”, foi encorajada nos meios religiosos e piedosos, e até ao fim do século XIX ela ficou em uso num bom número de conventos, seminários e em certas paróquias*».

- O Concílio de Trento (xéc. XVI) não modifica aliás confirma a disciplina penitencial instaurada pelo Concílio IV Latrão, mas faz o trabalho da sua codificação e justificação teológica. Os Padres conciliares limitam-se a condenar as doutrinas erradas, sem atacar as pessoas. As principais declarações do Concílio de Trento a propósito da Penitência encontram-se em vários documentos e vão insistir em três pontos:
 - todo o cristão tem necessidade de confessar, ao menos uma vez por ano, todos os seus pecados graves;
 - o penitente deve apresentar as suas faltas ao “juízo” do confessor, que pode dar ou recusar a absolvição;
 - estas exigências não são simples regras fixadas pela Igreja, mas que são de “*direito divino*”, isto é, vêm do próprio Deus.

A doutrina de Trento tem as suas limitações: a intenção não era apresentar uma doutrina completa e definitiva da Penitência cristã, mas antes defender os pontos criticados pelos Protestantes, sem entrar nas questões teológicas controversas. As múltiplas vias penitenciais contidas na Bíblia e na tradição (esmola, jejum, oração...) não foram tomadas em consideração. Percebe-se que a doutrina penitencial de Trento carece de uma teologia da Palavra de Deus e, a respeito da dimensão eclesial da Penitência, o Concílio acentua muito, contra os Protestantes, a reconciliação com Deus através da Igreja, mas deixa completamente na sombra a reconciliação com a Igreja (reconciliação com os irmãos).

Conclusão: qual lição para a celebração do sacramento hoje?

- A história nos ensina que a forma atual da celebração da misericórdia é fruto de um entrelaçamento entre duas formas de confissão: a espiritual/individual (monástica) e a sacramental/pública. O resultado: a primeira torna-se preparação para a segunda (para receber a eucaristia) e a segunda assume aspectos que não lhe diziam respeito (torna-se muitas vezes acompanhamento espiritual).

- Os historiadores e os teólogos perguntam-se se o desenvolvimento foi evolução ou involução. A resposta comum destaca que o que aconteceu foi “legítimo”, a saber não foi uma traição ou afastamento do intuito de Jesus.
 - Em positivo, a confissão privada disponibilizou para os leigos os benefícios da paternidade espiritual porém tudo isso gerou uma confusão entre confissão e direção espiritual.
 - Em negativo, a confissão privada muitas vezes torna-se mais conversa sobre a vida espiritual do que celebração da misericórdia (reduzida ao ato de contrição e à fórmula de absolvição).
 - Além disso, em geral, podemos nos perguntar se todos os padres, simplesmente pela ordenação, são capacitados para conduzirem uma pessoa do ponto de vista espiritual.
- **O aspecto mais problemático** deste desenvolvimento é o seguinte: **o rito da reconciliação destinado em origem aos pecadores excluídos da comunidade tornou-se um sacramento destinado aos membros da própria comunidade!** Consequência: **a confissão torna-se “ordinária”**. Isto significa, por um lado, que é mais fácil buscar o sacramento (não há mais exclusão!) mas, por outro lado ele não consegue exercer a sua eficácia isto é agir como remédio (sendo que qualquer pecado – até os mais graves – são absolvidos *na hora*, da mesma forma dos pecados do dia a dia). Em outras palavras, antigamente a lógica era: confissão, penitência (até exclusão da comunidade), reconciliação (comunhão eucarística); agora ela é: confissão, reconciliação (possibilidade de comungar) penitência (simples: orações, esmola...). **Perdeu-se o “tempo” entre a confissão e a reconciliação, tempo da penitência... ou, simplesmente perdeu-se a penitência!**

O destaque passa do arrependimento para a absolvição, interpretada quase que em termos de poder mágico. Eis o que se busca hoje na confissão: não a reconciliação com a igreja da qual os pecados nos excomungaram e sim essa “absolvição” formal, meio mágica e meio legal. E busca-se essa confissão não por causa de um desconforto para com o pecado (tido como que natural e inevitável) e sim por causa que ela permite de novo os sacramentos. ... dentro de uma moldura legalista a absolvição torna-se “poder em si”... (Busca, 125, citando Schmemmann).

- Hoje percebemos que **neste desenvolvimento faltou um instituto eclesial** capaz de estabelecer com critérios objetivos quando e em quais condições seja possível reconciliar com a assembleia eucarística os pecadores que gravemente ameaçaram a vida e o testemunho da comunidade. **A forma particular privilegiou a reconciliação consigo mesmo, dentro da própria consciência com único lugar da verdadeira relação com Deus, tirando-a da vida de fé de uma comunidade local. O penitente avalia a sua vida à luz de princípios morais, refletindo sobretudo sobre a esfera religiosa e sexual, deixando de lado as omissões na área comunitária.**
- O que fazer? **O sínodo dos bispos de 1983**, “*Reconciliação e penitência na missão da igreja*”, percebeu **a necessidade de oferecer uma disciplina penitencial multiforme**, com percursos penitenciais diferenciados conforme os sujeitos e a gravidade das cul-

pas, destacando entre eles os que a cultura também considera escandalosos: crimes contra a vida, tráfico de armas e droga, a violação dos direitos humanos pelos regimes totalitários, a criminalidade e o racismo organizados, o comércio da prostituição e da pornografia, a exploração sexual, a usura, descasos na área da saúde, corrupção na área da política...

3.2 A reconciliação

Compreendemos agora porque chamamos o sacramento da “reconciliação” de “confissão”. **A história mostrou porque tudo concentrou-se sobre o momento da confissão**, em detrimento da penitência e da reconciliação. **Acontece que busca-se o sacramento sob pressão do sentimento de culpa, procurando alívio e consolo, mas “pulando” as etapas que permitem uma verdadeira experiência de arrependimento e de perdão. Falar em etapas significa falar em “tempo”, “história”**. E isto é importante, pois a reconciliação do pecador com Deus não acontece num encontro a sós, num instante sem tempo, **Deus nos ama dentro de uma história de aliança, cumprida na carne de Cristo, vivenciada no corpo da comunhão eclesial**. Nós não somos espíritos, sentimos o amor de Deus no amor dos irmãos. A redescoberta do sentido do sacramento da misericórdia passa, pois, através da valorização dos momentos da reconciliação.

Se se esqueceu do filho de Deus que já formou-se em você ou se o abandonou por descuido, comece por lembrar dele para reencontrar a sua presença. A memória expulsa o esquecimento, desperta o arrependimento, o arrependimento suscita a conversão, a conversão corrige o abandono, de modo que, pelo caminho pelo qual você se afastou, você possa voltar a Ele. (Isaac da Estrela, séc XII, 128)

O primeiro momento desse processo de reconciliação é o do arrependimento.

3.2.1 O processo do arrependimento (coração)

O processo de arrependimento começa no fundo do coração. Antes de descrevermos os momentos e sentimentos que o caracterizam, detemo-nos sobre os protagonistas do processo.

a. Os protagonistas (*eu, a Palavra, o Espírito*)

- A consciência

A conversão começa no santuário da consciência que age como que juiz antes do júizo da igreja:

“Suba o homem para o tribunal da sua própria consciência... ponha-se diante de si mesmo... fixado o júizo dentro do seu próprio coração, apresente-se como acusador a reflexão, como testemunha a consciência, como carníفة o temor... da sua própria consciência pessoal seja pronunciada a sentença, a saber o considerar-se indigno de participar do corpo e sangue do Senhor” (Agostinho, 130)

A consciência julga e condena (“tribunal”) contradizendo a tentativa da razão que sempre tenta oferecer razões para se desculpar.

“Eu mesmo sou o meu primeiro adversário... culpado como réu, condenado pelo seu próprio testemunho, expulsado pois isso é o que merece, miserável que amaldiçoa a si mesmo... Receba a confissão da minha palavra que me julga, como suave odor” (Gregório de Narek, 130)

Esta capacidade de se acusar é considerada pela tradição espiritual como um dos critérios mais seguros da maturação espiritual:

“Quem vir os seus pecados é maior daquele que, por meio da sua oração, ressuscita os mortos... quem conhece a sua fraqueza é maior daquele que vê um anjo” (Orígenes, 130)

No pano de fundo dessa valorização da consciência encontra-se a certeza de que em nós fala a própria voz de Deus (cf. Rm 2,15).

- A Palavra (o Logos)

“Muitos doentes não sabem de estar doentes, muito pelo contrário a maioria dos doentes pensa em estar sadio” (Isaque de Nínive, 131)

Se/quando a consciência estiver adormecida ou doente, ela não vai conseguir se despertar sozinha do seu “sono” e da sua insensibilidade espiritual, fruto do pecado. Orígenes sustenta que, nesse caso, o próprio Logos procura despertar a consciência. Isso acontece sobretudo por meio das palavras da Escritura e da pregação da igreja.

Pois a palavra de Deus é viva, eficaz e mais penetrante que qualquer espada de dois gumes. Penetra até dividir alma e espírito, articulações e medulas. Julga os pensamentos e as intenções do coração. Não há criatura que possa ocultar-se diante dela. Tudo está nu e descoberto aos olhos daquele a quem devemos prestar contas. (Hb 4,12-13)

A palavra, pois destrói o equilíbrio que o pecador constrói entre si e o seu pecado. Ela leva o pecador a se entregar a Deus, se reconhecendo pecador, assumindo a responsabilidade pelo seu pecado sem procurar justificações e sem arranjar mil desculpas. Mesmo assim, porém, quando o coração endureceu-se por causa do pecado, o pecador pode permanecer insensível à correção:

São os flagelos de Deus a flagelar o pensamento, pois o Logos, unindo-se à alma e levando-a a consciência do pecado, flagela a alma... [mas] se um dos ouvintes não tiver a sensibilidade conforme o homem interior (Rm 7,22), ele, sendo pecador, vai sentir compunção: mas, como um corpo morto não tem mais sensação nem sequer se você usar um agulhão, do mesmo jeito mesmo usando palavras divinas, um pecador morto pelo pecado, não vai fazer penitência, nem sentir compunção, nem se arrepender, nem sentir a tristeza que opera a confissão (2Cor 7,10). (Orígenes, 133)

- O Espírito

O companheiro invisível do Logos/palavra é o Espírito: ele desperta a memória de Jesus (cf. Jo 14,26) e interioriza a presença do Senhor (cf. Jo 16,13-14). O Espírito é o princípio vital do batizado que continua agindo nele também na situação de pecado, despertando o arrependimento e, por meio disso, a volta à vida. Mas como podemos descrever essa ação do Espírito? Ele age dentro do coração como que uma força que abre o próprio coração a Deus. Enquanto o mal quer segurar o pecador fechando-o em si mesmo, numa solidão

interior, o Espírito suscita um movimento de saída da obsessão psicológica da culpa, levando o pecador a colocar a sua angústia sob o olhar de Cristo para que ele o “ressuscite” do mesmo jeito que ressuscitou Lazaro:

Possa tu [Cristo] vir a esta minha tumba, me lavar com as tuas lágrimas... Se estiver digno que tu choras alguns segundos por mim, tu me chamaras para fora da tumba do meu corpo e dirás: “*Vem para fora*” para que os meus pensamentos não fiquem presos no espaço pequeno deste meu corpo e sim saiam ao encontro com Cristo e vivam na luz, a fim de que eu não pense nas obras das trevas e sim nas da luz. Quem pensar no pecado, ficará preso na própria consciência. Chamas, pois, o teu servo para fora. Mesmo que amarrado pelos meus pecados, mesmo com pés e mãos atados, quando tu me chamaras, eu estarei solto e sairei livre e me tornarei um dos convidados ao teu convívio e a tua casa estará cheia de perfume precioso, tudo isso se tu guardarás aquele que tu já tinhas redimido. (Ambrósio, 135)

O Espírito, conforme o ensinamento da Escritura, convence o mundo a respeito do pecado (cf. Jo 16,8) e cura o olho interior da consciência (cf. Ap 3,18) a fim de que ela perceba o pecado não só de um ponto de vista psicológico ou moral e sim espiritual. Perceber o pecado do ponto de vista espiritual significa tomar consciência do mal e, logo em seguida, do amor de Deus que está prestes a perdoar. A visão do mal sem a de Deus é demais assustadora! Por isso a visão do pecado deve ser breve, deve durar só o necessário para despertar a invocação do Salvador que carregou o nosso pecado para curar-nos. Em outras palavras, o Espírito nos leva a enxergar a nossa miséria, a nossa mentira, a nossa malícia (cf. 1Jo 3,20), consolando-nos no mesmo instante com a visão de Cristo. Ícone de tudo isso é o encontro entre o olhar de Jesus e o de Pedro: o olhar de Jesus desvenda o pecado de Pedro e revela-lhe, no mesmo tempo, o seu amor. As lágrimas de Pedro são o seu arrependimento provocado da consciência do seu pecado e do amor de Jesus. Esta contemplação do amor desperta a comoção que dá início à conversão. Importante observar também que a contemporaneidade dos dois aspectos (da percepção do nosso pecado e da misericórdia do Senhor) é essencial para o verdadeiro conhecimento de nós mesmos e de Deus. Olhar somente o pecado significa perceber a Deus somente como juiz e a si mesmo somente como pecador... mas se não percebêssemos o pecado não conseguiríamos nem sequer perceber a misericórdia de Deus e a nossa dignidade de filhos amados!

b. Descrição do processo de arrependimento (fenomenologia)

- A vergonha dos pecados

A percepção dos pecados é sempre acompanhada por alguns sentimentos típicos. O primeiro é a vergonha. O pecador conta os seus pecados como que aventuras, se vangloriando, como que um esquizofrênico que despe a sua roupa ficando nu, se mostrando a todo mundo, sem sentir vergonha. Até começar a sentir vergonha, a alma não começa ainda a perceber o seu pecado, não começa ainda a condenar o seu pecado, não começa ainda o processo do arrependimento. A vergonha nasce, ao contrário, quando percebemos a gravidade do nosso pecado, quando sentimos que ele sujou o nosso coração de filhos amados por Deus. A vergonha, para vir à tona, precisa passar por um momento de humilhação. O que é humilhação? É o estado interior do homem que, constrangido, toma

consciência da situação onde encontra-se a causa do pecado. Ícone dessa condição é a situação do filho pródigo quando ele se encontra no mesmo nível dos porcos. Humilhado, constrangido, sentindo vergonha... ele começa a tomar consciência do seu pecado e a sentir saudade da casa do Pai. É o início do arrependimento.

- A dor pelos pecados

Um segundo sentimento típico do processo de arrependimento é a dor pelos pecados. Um texto de Agostinho ilumina a compreensão dessa dor:

A dor pela nossa falta de gratidão para com o Senhor não traz prejuízo, muito pelo contrário, ela será muito útil, enquanto não acontecerá a mesma coisa se, depois de termos uma excelente opinião de nós mesmos, vendo-a destruída pelos nossos pecados, ficaremos abatidos e entristecidos, torturando o nosso coração com amargo remorso, como se fosse impossível levar a vida depois daquela culpa. Temos de fugir essa tristeza pois ela gera morte, do mesmo jeito que a estima excessiva de si mesmo; a outra [tristeza, dor] ao contrário brota do amor de Deus, do reconhecer com clareza o nosso benfeitor e do saber que respondemos aos benefícios de Deus com a nossa maldade. Como o orgulho é um mal, do mesmo modo a dor gerada na alma pelo orgulho. (Agostinho, 140).

Existe, portando uma tristeza e dor pelo pecado que não aponta para a conversão e sim alimenta o próprio orgulho. É uma dor dobrada sobre o “eu” decepcionado a respeito de si mesmo. É a dor percebida diante do fracasso da tentativa de corresponder ao próprio ideal de perfeição. É um sentimento de remorso diante de si mesmo, não diante da percepção do amor do Senhor! O remorso doentio exalta o “eu”. O remorso sadio visa reconstruir a relação com Deus, danificada pelo pecado. O remorso doentio pode levar o pecador a procurar formas de autopunição, que são uma extrema tentativa de se salvar. Quanto procura a confissão, o pecador preso a um remorso doentio procura mais a sensação de se sentir aliviado, de pôr a sua consciência “em ordem” do que a experiência da misericórdia do Senhor. Essas confissões não alimentadas pelo arrependimento sadio são totalmente estéreis pois concentradas sobre o “eu”, preso nos seus raciocínios e nas suas estratégias de resgate. O arrependimento sadio, ao contrário, empurra o pecador a procurar o abraço do Pai onde toda tentativa de se redimir é ultrapassada pela única estratégia que nos redime: o amor do outro (o Pai) que perdoa.

- O temor de Deus

Mais um sentimento característico do processo de arrependimento, um sentimento que marca a passagem da insensibilidade ao amor pelo Senhor é o temor de Deus (cf. 1Jo 4,17-18). É um sentimento que brota de uma inicial aversão pelo pecado:

“Corresponde ao dom do Espírito santo o desgosto pelo pecado. Os pecados agradam ao espírito impuro e desagradam ao Espírito santo. Mesmo estando ainda pedindo o perdão, pelo fato de sentir desgosto pelo pecado cometido, você está já em união com Deus. Desagrada a você, com efeito, aquilo que desagradava a Ele. Vocês dois estão agora se esforçando por curar a febre, você e o Médico... ninguém pode sentir raiva e desgosto por si mesmo a não ser impulsionado pelo Espírito santo” (Agostinho, 142)

O sentimento de aversão/desgosto pelo pecado o pecador ao temor de Deus, isto é à percepção do amor de Deus que desceu aos inferos para salvá-lo!

Como não pode-se atravessar o grande mar sem um barco ou um navio, assim não pode-se chegar ao amor sem um sentimento de temor. Atravessamos o mar sórdido entre nós e o paraíso espiritual por meio da barca do arrependimento: os seus remos são o temor... O arrependimento é o barco, o temor o que o guia, o amor o porto seguro. O temor embarca-nos no barco do arrependimento, guia-nos através do mar sórdido do mundo e conduz-nos ao porto divino, isto é ao amor... chegando ao amor, alcançamos a Deus, a nossa viagem acabou, chegamos à ilha que fica além do mundo, ao lugar do Pai, do Filho e do Espírito santo... (Isaque o Siro, 143)

Os mestres espirituais chamam esse temor de Deus de “temor puro” de Deus. Por que “puro”? Para distingui-lo de uma forma de temor que não vem de Deus e sim do espírito impuro e que eles mesmos chamam de “temor impuro”. O temor impuro é aquele sentimento de “medo” de Deus que surge diante da imagem de um Deus vingativo, pronto a jogar e condenar o pecador! Esse temor impuro é justamente o fruto de Satanás que antes (como tentador) tenta os homens induzindo-os ao pecado, depois separa-os de Deus (como diabo), enfim acusa-os sugerindo que “não tem mais jeito”, “o perdão é impossível” (revelando-se o Satanás).

- As lágrimas da compunção

Uma das manifestações do processo de arrependimento são as lágrimas de compunção. O que é a compunção? A compunção é descrita como que uma agulha que fura a alma para expulsar dela o veneno que estava matando-a. O coração de pedra torna-se “coração *contrito*” (cf. Sl 50,19). O termo bíblico evoca a ideia de um “*triturar*” ou “*pisar*” um objeto a fim de que diminua, torne-se pequeno e humilde. O coração contrito é parecido a uma pedra quebrada e triturada... isto é limpa da casca impura que tornava-a insensível à ação do Espírito. A compunção, pois, não consiste em destruir a pessoa e sim os seus aspectos impuros que construíram uma falsa imagem de si mesmo. Agora a pessoa volta ao seu limite, volta a ser criatura livrando-se da tentação de se colocar orgulhosamente no lugar de Deus. A compunção manifesta-se de forma particular nas lágrimas. Elas manifestam o gemido do coração “fracassado”. O choro é voz delicada, solução da alma que nem sequer consegue articular um raciocínio. É linguagem mais imediata da criança, expressão espontânea de carinho.

“O fogo do pecado é forte, apaga-se com umas lágrimas” (João Crisstomo, 145)

“Se quiser lavar o rosto, lave-o com as lágrimas e purifica-o com o choro, para que resplandeça com glória diante de Deus. Um rosto molhado nas lágrimas possui uma beleza que nunca desfloresce” (Efred o Siro, 145)

O ícone evangélico dessa compunção é a pecadora que, se aproximando de Jesus, despertando a maravilha do fariseu, lavou os pés dele com as lágrimas:

“Choro, suspiros, gemidos me tornarão digna do seu amor; o amor de meu amado me transformará numa outra mulher e, sendo que ele me ama, eu amarei-o do jeito que ele quiser ser amado. Chorarei e serei esmagada pelo remorso; ficarei calada e me esconderei na solidão; fugirei de todos os meus amigos

para agradar a Ele, o último, o único. Viro as costas ao meu passado, jogo fora com um sopro toda a lama dos meus pecados. Irei, pois, até Ele e Ele me iluminará... Não me repreenderá. Não dirá: “Até aqui você andava na noite e agora quer ver o Sol?”. Tomemos esse frasco de perfume e coragem! Transformarei a casa do fariseu num batistério: ali os meus pecados serão lavados, as minhas culpas purificadas, descerei na piscina preenchida com as minhas lágrimas, misturadas com o crisma e os perfumes, tomarei banho, me purificarei e ressuscitarei limpa da lama dos meus pecados. (Romano o Melode, 148).

- A lamentação do coração arrependido

Mais uma manifestação do processo do arrependimento é a lamentação do coração. Trata-se da lamentação do homem que, tomando consciência do bem perdido (o amor de Deus), implora o perdão. Ao ápice deste sentimento vem à tona a invocação do perdão. O pecador que, se queixando do seu pecado e da sua culpa, começa a invocar o perdão, está conseguindo sair da solidão do pecado, do monólogo interior do seu raciocínio. Chega de conversa. Agora ele chama o pecado de “pecado”, deixando de se justificar como fazia antes quando, ao invés de falar em pecado, falava de “erros que têm que ser corrigidos”, “limites que têm que ser aceitos”, “imperfeições que precisamos desculpar”, “problemas para resolver...”. Nada mais disso. Agora fala-se de pecado. E reconhece-se como pecador.

Adão, pai da humanidade conheceu no paraíso a doçura do amor de Deus; expulso do paraíso por causa do seu pecado e perdido o amor de Deus, sofria e gemia amargamente. O deserto todinho ecoava os seus gemidos. A sua alma era atormentada por um único pensamento: “Amargurei o Deus que eu amo”. Ele não lamentava o Éden ou a sua beleza originária e sim a perda do amor de Deus... Da mesma forma toda alma que conheceu Deus no Espírito santo e acabou perdendo a graça, experimenta a mesma dor de Adão. A alma sofre e atormenta-se por ter amargurado o Senhor que ama. Adão estava com saudades de Deus e gritava: “Nem sequer por um instante posso me esquecer dele, a alma o almeja, gemo pela dor. Tende piedade de mim, o Deus, piedade da tua criatura caída”. Desta forma lamentava-se Adão e um rio de lágrimas molhava o seu rosto e caía a terra. O deserto todinho ecoava os seus gemidos. Bichos e aves emudeceram pela dor. E Adão gemia: por causa do seu pecado, todos perderam a paz e o amor... Tal qual o oceano imenso era a sua dor... Eu também perdi a graça e, junto a Adão, imploro: “Tende piedade de mim, o Senhor”. ... Adão, expulso do paraíso, sentia brotar do coração ferido rios de lágrimas. Da mesma forma chora toda alma que conheceu a Deus e fala: “Onde estás, ó Senhor? Onde estás, ó minha luz? Onde escondeu-se a beleza do seu rosto? Há muito tempo a minha alma não enxerga a tua luz e, entristecida, te procura”. ... Adão perdeu o paraíso terrestre. Chorando, procurava-o. “Paraíso meu, paraíso meu, paraíso maravilhoso”. Mas o teu amor lhe doou, na cruz, um paraíso celeste onde resplandece a luz eterna as Santa Trindade” (Silvano do Athos, 149)

c. O protagonista: a atitude de Deus (o Pai)

Como na parábola do Pai misericordioso, Deus sempre espera os seus filhos. Nunca se esquece deles. A sua atitude é a do “abraço do Pai”. Deus não tem medo do nosso pecado e sim do desespero que, do fundo do coração, sugere ao pecador que agora “não tem mais jeito”. O pior pecado não é... o pecado e sim esse desespero que impede ao pecador de voltar a Deus.

“A penitência é filha da esperança e afastamento do desespero... nada é maior do que a misericórdia de Deus: por isso quem cair no desespero, vai se suicidar!” (João Climaco, 151)

O principal obstáculo ao perdão não é, pois, a quantidade ou a gravidade dos pecados e sim o fato de querer fugir, se esconder de Deus, enganados pelo medo. Por isso é bom procurar logo o perdão:

“Você pecou? Confessa a Deus: ‘Pequei’. É coisa difícil? É necessário andar muito? É cansativo? O que custa dizer: ‘Pequei?’” (João Crisóstomo, 152)

É bom, pois, que o pecador não adie o perdão permanecendo no pecado. O tempo da penitência pode demorar bastante, mas o tempo do perdão é *agora*. O perdão, com efeito, bloqueia o poder de destruição do pecado.

A todo homem que manifeste um sentimento de dor pelos pecados e um desejo de compunção, por mínimo que forem, Deus dá ali na hora o perdão pelos pecados. (Isaque o siro, 152)

Não é bom, portanto, adiar a confissão pensando: “*Preciso amadurecer uma atitude melhor... o meu arrependimento ainda não está maduro... ainda gosto do pecado... as vezes quero me libertar, outras vezes ao contrário ainda me entrego ao pecado...*”. Esses pensamentos não ajudam. Adiando o pecado, permitem que ele se fortaleça.

“Quer sentir um verdadeiro arrependimento? Sinta-o logo, pois se o sentir logo, você se corrigirá” (Agostinho, 152)

Deus alegra-se quando perdoa a sua criatura. E pede somente que ela reconheça quando está sendo visitada pela sua misericórdia. A prontidão e a facilidade de perdoar mostram que a vontade de Deus é a compaixão pelas suas criaturas. Ele não perdoa por razões particulares e sim porque Ele ama! “*Deus não tem razão, tem misericórdia*” (S. Fausti).

3.2.2 A confissão do pecado (boca)

Amadurecendo, o arrependimento que brota do coração chega até os lábios e purifica a palavra que o pecado tinha corrompido por meio da mentira e do silêncio. A estratégia do pecado, com efeito, consiste em mandar calar as suas vítimas, para segurá-las.

“Esta é a utilidade de uma confissão humilde: ter um Juiz que desculpa e merecer um Vingador que perdoa. Tendo consciência disso, o esperto tentador, logo que conseguiu cativar o consentimento da alma por meio do prazer do pecado, tranca logo atrás de si a porta da boca e, para que nada saia pela confissão, amarra a língua com a corda da cobiça, do temor e da vergonha. Eis as três coisas que impedem a confissão” (Isaque da Estrela, 163)

A palavra “amarrada” pela culpa é solta pelo contato com a palavra do Logos (que fala ao coração) e da Escritura. Essas palavras ajudam o pecador a se expressar. A salvação do pecador é também salvação da sua palavra. Então, enquanto o pecado alimenta a mentira e o silêncio, a confissão abre a boca do pecador levando-o ao reconhecimento e proclamação da verdade.

- Confessar o Pai e se confessar filhos
- Confessar o pecado no louvor

- Confessar no Espírito, não psicoterapia
- Confessor e penitente: uma amizade espiritual
- Como confessar os pecados
- Excursão:
 - Perfil do confessor
 - A tradição da confissão à mãe terra

3.2.3 As obras da penitência (ações)

“À contrição do coração segue a confissão da boca, à confissão da boca segue finalmente a correção das ações: essa é a última coisa a ser feita, mas a primeira a ser recompensada; sem ela a confissão da boca é somente ar e a contrição do coração é somente vapor” (Isaque da Estrela, 191)

- Pena ou remédio?

Ao arrependimento e à confissão segue a penitência ou as obras da penitência. O que é a penitência, aliás qual o sentido da penitência? A tradição latina, moldada pelos padres africanos, interpretou a penitência na perspectiva jurídica, da justiça: a penitência é um “*castigo*” e uma “*pena*” necessária para compensar o dano produzido pelo pecado. Esta interpretação da penitência acarreta uma consequência perigosa, a de pensar que o pecador chegue a “merecer” o perdão cumprindo a penitência! A tradição oriental, ao invés, interpretou a penitência na perspectiva da misericórdia: a penitência não é um castigo necessário para conseguir o perdão divino e sim um “*remédio*” necessário para voltar a viver! A tradição oriental parte do pressuposto de que o pecador não precisa ser castigado, pois o próprio pecado o castiga, precisa ao invés ser curado! Por isso essa tradição vê a penitência não como que um castigo e sim como remédio. Em primeiro lugar, então, essa tradição interpreta o pecado como causa de sofrimento:

“Ninguém pense que outrem, a não ser nós mesmos, nos inflija sofrimentos: Deus não manda punições, é nós mesmos que causamos os nossos sofrimentos” (Orígenes, 192)

Em segundo lugar, interpreta o perdão como remédio. O perdão não é, pois, simplesmente a absolvição que, de forma jurídica (mágica?), “apaga” as culpas e sim o remédio que “cura” as cicatrizes deixadas em nós pelo pecado e que se manifestam como divisão interior, dor da alma, resistência ao Espírito santo. O perdão, porém, não transforma de forma mágica o homem pecador. Não basta se arrepender, recusar o passado, decidir de mudar de vida... para que tudo isso aconteça! O pecado, com efeito, causou uma desordem que atingiu a globalidade da pessoa, por isso a vitória contra o mal e as suas consequências precisa de muito tempo. O pecado, em outros termos, contaminou a inteligência, a vontade, os afetos, a memória, a corporeidade... na forma do vício a nossa inteligência, vontade, afetos, memória, corpo... tornam-se a inteligência, vontade, afetos, memória, corpo de um ladrão, de um adúltero, de um mentiroso...

O nosso pecado não foi escrito fora de nós e sim no nosso coração, e foi escrito com estilete de ferro, com ponta de diamante (Jr 17,1). Que os nossos pecados inscrevem-se em nós pelo simples fato de co-

metê-los, o mostrará a experiência. Eu não tinha consciência desta ação ou daquele pecado. Mas depois de cometido, carregou a sua marca e a marca do pecado cometido inscreve-se de alguma forma na minha alma. E se o meu pecado fosse inscrito com tinta, eu o apagaria; ele, porém, foi inscrito com ponta de diamante no nosso coração. (Orígenes, 193)

O intuito das penitências, pois, não é o resgate de uma dívida e sim a reparação e restauração do ser humano, para que ele possa voltar à sua natureza criada a imagem do Filho. Tudo o que antes era dominado pelo pecado e alimentava o vício agora, libertado pelo perdão e restaurado pela penitência, alimenta as virtudes. Isto é: a inteligência que alimentava o orgulho, agora torna-se sabedoria; a exploração do próximo torna-se justiça; a ira torna-se zelo e coragem para sustentar a fé...

- Medicina homeopática?

Vimos que o intuito das obras da penitência não é o de “merecer” o perdão pagando o preço do pecado e sim o de “curar” a alma ferida pelo pecado. Agora procuramos entender melhor como isso aconteça. Começamos por uma experiência muito comum. Muitos penitentes lamentam-se que continuam cometendo os mesmos pecados e, mesmo confessando-os, nada muda. Será que a terapia penitencial é ineficaz? Por quê? A terapia penitencial revela-se ineficaz quando ela age somente no nível superficial, curando as manifestações exteriores do vício (os efeitos), sem chegar a curar a pessoa (as causas). Agora, qual é a causa do pecado? Para discernir as obras penitenciais que podem transformar a pessoa, temos que partir pelo pressuposto de que ninguém faria o mal se ele não fosse atraído pelo *prazer* que o pecado promete. Por conseguinte, tirar a raiz do pecado quer dizer apagar a nascente interior das paixões, no nível do pensamento e do desejo, onde forma-se o prazer do pecado e as atitudes para realizá-lo.

“Até o homem odiar as causas do pecado, de verdade, de coração, ele não poderá ser libertado do prazer produzido pela ação pecaminosa” (Isaque o Siro, 194)

“Deus não quer que o homem receba o bem por obrigação e sim livremente; talvez haja alguém que, por causa do vício, não enxergue mais o lado horrível do mal, não se esforce mais por resistir, considerando o mal como que a verdadeira beleza” (Orígenes, 195)

O pecador apegado ao seu vício, não quer realmente mudar, não quer rejeitar o seu passado, por isso continuará a perceber a atração do pecado até chegar o momento que, de repente, perceberá o engano da paixão. A partir dessa hora, tudo o que antes despertava prazer, começará agora a despertar nojo, repugnância, e vontade de dar um basta. Agora, à luz deste esclarecimento e voltando à nossa pergunta, podemos entender como “funcionam” as obras penitenciais. O princípio é simples, é o mesmo da medicina homeopática. As obras penitenciais procuram fazer com que o penitente sinta em si as consequências do seu pecado. As penitências colocam o penitente na situação de se sentir mal para ele poder compreender o que é que o pecado, de forma sutil e invisível, gera em nós. Desta forma as obras penitenciais alimentam o desgosto pelo pecado, minando a sua causa ou raiz, a saber o prazer pelo pecado. É a mesma estratégia de Deus que, querendo levar o

ser humano a perceber o desgosto pelo pecado, deixa que o homem mergulhe no pecado até sentir nojo!

[Para desenraizar o vício] Deus permite que ele cresça, aparecendo como que invencível, a fim de que, estando numa situação de mal, fardos de pecado, os pecadores reparem o dano e odiando o que antes abraçaram, possam gozar da saúde da alma. (Orígenes, 196)

Por tudo o que dissemos, fica claro agora que o mecanismo da obra penitencial “precisa” de uma “dose” de sofrimento. E isso é difícil de entender hoje, quando todo mundo persegue o mito do bem-estar. O sentido desse sofrimento é, porém, *pascal*: o sofrimento causado pelas obras penitenciais é “parte” do momento pascal da vida, isto é ele é força que opera a mudança.

“Se você sofrer, é pela mão do médico que opera, não pela sentença do juiz que pune. E isso acontece a fim de que o tratamento seja completo: sejamos pacientes, aguentamos as dores. O pecado é doce, por isso, por meio da amargura, amenizemos o veneno dessa doçura. Gostava do mal, depois de cometê-lo, porém, você ficou doente. O antidoto é a cura, provoca um sofrimento temporário, para que você receba uma saúde eterna. Aceita-o, não recuse-o!” (Agostinho, 197)

- Mortificação do homem carnal

A cura proporcionada pela penitência passa por uma experiência de “mortificação” também. A palavra é hoje em dia quase que um tabu, quase que ausente do vocabulário eclesial também. Por quê? Por um lado porque muitas vezes ela é interpretada como que uma forma de masoquismo. Conforme essa interpretação, “mortificação” significa querer sofrer, se machucar, renunciar a curtir a vida como se ela fosse uma armadilha perigosa, um lugar de tentações e, afinal, de perdição. O corpo e a sexualidade são os principais suspeitos. Hoje em dia, porém, nem a teologia nem a cultura olham para a vida dessa forma. A vida não é uma armadilha e sim um dom de Deus, uma oportunidade. Então, por outro lado, esse juízo positivo sobre a vida, a criação, o corpo, a espontaneidade... parecem não deixar algum espaço para uma experiência de mortificação. Apesar disso, porém, a própria Palavra de Deus coloca essa experiência como que “regra ascética fundamental”:

“Quem ama sua vida, a perde, e quem odeia sua vida neste mundo guardá-la-a para a vida eterna” (Jo 12,25)

“Se alguém vem a mim e não odeia seu próprio pai e mãe, mulher, filhos e irmãos, irmã e até a própria vida não pode ser meu discípulo” (Lc 14,26)

“Trato duramente o meu corpo e reduzo-o a servidão a fim de que não aconteça que, tendo proclamado a mensagem aos outros, venha eu mesmo a ser reprovado” (1Cor 9,27)

“Se viverdes segundo a carne, morrereis, mas se pelo Espírito fizerdes morrer as obras do corpo, vivereis” (Rm 8,12)

“Mortificai, pois, vossos membros terrenos: fornicação, impureza, paixão, desejos maus e a cupidez que é a idolatria” (Cl 3,5)

“Os que são de Cristo Jesus crucificaram a carne com suas paixões e seus desejos” (Gl 5,24)

A palavra de Deus, contudo, não propõe a mortificação como luta contra a carne e sim contra as deformações que falsificam o intuito do Criador a respeito da criação.

“Eras pagão, acabe em ti o pagão; amavas as prostitutas, morra em ti esse amor; eras pecador, acabe em ti o pecador, a fim de que tu possas ressuscitar” (Orígenes, 198)

As palavras de Orígenes esclarecem que a luta não é contra a carne, o corpo, o amor... e sim contra a carne, o corpo, o amor vivido de forma pervertida! Para nós, hoje, a mortificação é tida como que repressão de instintos vitais, portanto ela é julgada negativamente. Para os padres, do contrário, ela era tida como que uma experiência fundamental para desencalhar as energias vitais presas na lógica do pecado a fim de que elas pudessem voltar ao seu fim originário. Assim, por exemplo, a mortificação não visa apagar a paixão e sim fazer com que a paixão seja vivida verdadeiramente como amor e não simplesmente como prazer egoístico. O prazer egoístico é uma doença da alma. A mortificação é a terapia. Ícone desse processo é o próprio Jesus. A sua *morte* na cruz é a forma suprema de *mortificação*. Ele, porém, não queria a morte e sim o amor. O seu sacrifício foi consequência da sua luta contra o poder do mal que deforma e desumaniza o homem. A cruz de Jesus revela que ser homem não significa se entregar ao vício, ao prazer, ao egoísmo e, afinal, ao mal e sim acreditar e viver de amor derrotando o egoísmo. A experiência da mortificação, então, não é “castigo” necessário para compensar os prazeres ilícitos, e sim “conformação” a Jesus, transformação em homens novos, livres do mal, fieis no amor.

“O meu Senhor mande que eu pise o espírito de fornicção, coloque os pés sobre o pescoço do espírito da ira e da raiva, pise também o demônio da ganância e da vaidade... e, depois de tudo isso, que eu não atribua a mim mesmo o merecimento pela obra cumprida e sim à cruz do Senhor: por meio de Cristo o mundo está crucificado para mim” (Orígenes, 199)

- Pedagogia para curar a vontade

A penitência ou as obras penitenciais são uma forma de mortificação da carne, com certeza, mas o seu intuito não é a mortificação em si e sim a libertação da escravidão do mal. Tudo isso, porém, não acontecerá se a experiência da penitência não chegar a curar a vontade. O contrário do pecado, com efeito, não é a observância de umas regras e sim uma vida nova, a do filho em comunhão com o Pai e os irmãos. Tudo isso será possível só se a vontade, que escolheu o mal, será curada. Mas quem poderia curar a vontade?

“Nós fomos criados bons pelo Bom... mas tornamo-nos maus por causa da nossa própria vontade. Tornamo-nos maus, nós que éramos bons, poderemos também de maus voltar a sermos bons. Mas somente Aquele que é sempre bom pode tornar bom um que é mau, pois o homem sozinho não pôde se curar... o Bem que nos torna bom é Deus, pois só Aquele que é sempre bom pode tornar bom o homem. A fim de que você seja bom... invoque a Deus! (Agostinho, 201)

A penitência é, pois, uma disciplina que cura a nossa vontade, fazendo com que ela não seja mais rebelde, arbitrária e auto referencial e sim aberta, atenta e disponível a Deus. Tudo isso precisa também de uma mortificação da vontade pois, no pecador, ela é pervertida. Os atos de penitência educam a vontade a contrastar os seus caprichos e a procurar, em primeiro lugar, a vontade de Deus. A vontade não aceita de forma espontânea esse itinerário penitencial, a escolha de bens espirituais antes de prazeres imediatos provoca amolação. Mas é justamente passando por isso que o penitente começa a se sentir livre da

escravidão do pecado que o leva a repetir sempre os mesmos atos e encontra novamente a força de escolher o bem (cf. 2Cor 5,17).

- Critérios para discernir as obras penitenciais: criatividade e tradição

Antes de falarmos dos critérios para discernir a penitência devemos deixar bem claro um princípio fundamental: “na igreja não existe a autoterapia”. O que quer dizer? Sendo que estamos falando em cura da vontade, a vontade precisa ser curada... ela não pode ser médica de si mesma! O pecador não possui a sabedoria necessária para escolher os remédios que precisa. O pecador precisa daquele que na igreja foi constituído como médico e exerce o seu ministério com a autoridade pastoral do Senhor. Ele possui o carisma para discernir os meios penitenciais mais aptos. O confessor estabelece as penitencias conforme a condição (idade, saúde, sexo) e a vocação e profissão da pessoa. Ele deve também avaliar as disposições espirituais da pessoa (se ele é negligente ou diligente) e acompanhar o processo ao longo do tempo para avaliar a eficácia das curas. A sabedoria do discernimento evita dois extremos: o de impor penitências pesadas demais que tornam odioso o sacramento e desestimulam o penitente; o de impor penitências leves demais ou facultativas que não ajudam o penitente a perceber a gravidade do pecado e induzem um relaxamento moral. Quais são agora os critérios para discernir as obras penitenciais? Existe um critério básico, o seguinte:

“...devem-se curar as coisas contrárias com as coisas contrárias” (João Cassiano, 205)

Isto significa que deve-se contrapor ao vício a virtude oposta:

“Os mandamentos que dizem respeito à humildade devem ser usados contra a vanglória, os da temperança contra a sensualidade, os da esmola contra a ganancia” (Dorotheo de Gaza, 206)

A tradição antiga determinava a penitência na base da espécie e da gravidade do pecado. Exemplos:

- No caso de aborto ou abandono de um filho, a mulher tinha que cuidar ou criar um recém-nascido pobre, conforme as suas condições;
- No caso de um homicídio, pedia-se ao assassino de sustentar com os seus bens a viúva e os filhos da vítima ou, caso a vítima não tivesse uma família, pedia-se de distribuir parte dos bens aos pobres para o bem espiritual da alma do morto.

A mesma tradição ensinava também as muitas formas de penitência possíveis:

- A oração diária em casa (oração dos salmos, prostrações...);
- A participação da liturgia (a escuta da pregação);
- A leitura de partes da Bíblia (sobretudo na quaresma);
- Uma romaria a um santuário;
- Esmola;
- Silêncio de uma ou mais horas por dia;

- Assunção do papel de padrinho de crianças pobres ou órfãos;
- Ajuda na construção de igreja ou na compra de objetos litúrgicos...

Hoje em dia as obras penitenciais são a parte da celebração do sacramento mais negligenciada. Elas tornaram-se quase que um apêndice, um acréscimo desnecessário. Os documentos mais recentes da igreja católica convidam a abandonar as formas penitenciais mais tradicionais (as três “Ave Maria”) para determinar, durante a conversa com o penitente, percursos penitenciais mais eficazes. Para renovar essa parte do sacramento o texto do Busca sugere umas ideias para sermos criativos no sulco da tradição:

“O ambicioso seja convidado a não falar de si mesmo e dos seus sucessos por alguns dias; o acidioso que não consegue encontrar o seu jeito de rezar, decore um salmo; o avarento dê por alguns meses uma quantia de dinheiro em beneficência; o impuro purifique a sua imaginação praticando o jejum da TV e contemplando imagens sagradas; o vanglorioso faça uma obra de caridade às escondidas; um médico que praticou o aborto por muito tempo trabalhe de graça por umas horas por semana num consultório, pelo menos por um ano inteiro; o adúltero faça uma romaria a igreja onde celebrou o seu casamento e peça a renovação da graça do matrimônio...” (Busca, 206-207)

3.2.4 *A absolvição sacramental*

- Ícone: a ressurreição de Lazaro
- Absolvidos pela Trindade
- Absolvido pela boca da igreja
- A epiclese da reconciliação
- Absolvidos pela boca do ministro
- A reconciliação com a igreja

3.2.5 *Os frutos do perdão*

“Produzi, então, fruto digno de arrependimento” (Mt 3,8)

Se o arrependimento não produz frutos... ele não serve para nada, aliás, torna-se uma forma de dobramento da alma sobre si mesma que condena-a ao desespero. O valor do arrependimento manifesta-se na capacidade de gerar uma nova vida. Quais os frutos? Apresentemos alguns deles.

- O *pénthos*

“Felizes os aflitos [*pentbountes*], porque serão consolados [*parakléthésontai*]” (Mt 5,5)

A saber:

“Felizes os que têm o *pénthos*, pois receberão o *Paráclito*”

As palavras da bem-aventurança de Matheus descrevem uma condição espiritual que os mestres espirituais antigos consideram um dos frutos do perdão: o *pénthos*. Conforme a tradição, o *pénthos* é uma forma de arrependimento que prolonga-se durante muito tempo

e alimenta-se da contemplação de Cristo. Quem recebe a absolvição tem a certeza – confirmada pela igreja – de ter recebido o perdão, mas ainda não possui a experiência do perdão. Sabe de ter sido perdoado, mas não sente ainda essa realidade dentro de si. Nessa situação o penitente pode, porém, experimentar o *pénthos*. *Pénthos* é palavra que descreve a condição do coração penitente que continua agradecendo a graça do perdão fazendo com que ela penetre aos poucos no interior da pessoa. Graças ao *pénthos* o perdão *recebido* torna-se perdão *experimentado*! O *pénthos* guarda no coração a memória do amor divino experimentado novamente. É sentir de novo o toque do Espírito que, no começo do processo de arrependimento, despertou no coração o sentimento da compunção. O *pénthos* manifesta-se através da oração incessante e o dom das lágrimas. Durante o processo de arrependimento as lágrimas serviam para amolecer o coração endurecido, agora elas são o sinal de uma aflição que traz alegria (cf. Mt 5,5). É uma “tristeza alegre”. O oxímoro não deve surpreender: o *pénthos* junta a consciência de ter desagradado a Deus, pecando, e a gratidão pela ternura de Deus que devolveu a inocência perdida. Ícone desse sentimento é a alma da criança (o filho pródigo) que, saída da casa por muito tempo, volta e voltando sente alegria encontrando o pai e tristeza por tê-lo abandonado! Para os antigos o *pénthos* é algo superior ao martírio!

“Quem possui o verdadeiro *pénthos* é um mártir vivente. As lágrimas prevalecem sobre o sangue e o *pénthos* prevalece sobre o martírio. O martírio das lágrimas prevalecerá sobre o do sangue, quando receberemos a coroa. Os mártires serão coroados junto aos outros, os que vivem no *pénthos*, antes do que os outros. Quem possui o *pénthos* de verdade parece, pois, receber duas coroas” (Isaque o Siro, 223)

- O coração íntegro

Outro fruto da penitência é a recuperação da integridade originária ou “castidade do coração”. A palavra “castidade” não deve enganar-nos. Aqui ela não significa “continência sexual” e sim “integridade”. A castidade do coração é, pois a característica de um coração “indiviso”. Enquanto um coração que não conhece a castidade vive disperso entre muitos prazeres, dividindo-se em muitos fragmentos de vida, incapaz de se recompor em unidade, um coração indiviso ou casto é um coração que vive enraizado no único amor que escolheu para si. O coração dividido é um coração inquieto, sempre em luta entre desejos opostos:

“A carne tem aspirações contrária ao Espírito e o Espírito contrárias à carne” (Gl 5,17)

O coração casto ou indiviso, ao contrário, é simples: já não conhece mais essa luta entre a carne e o Espírito e encontrou de novo a paz. O coração íntegro conseguiu uma sabedoria que o ajuda a botar limites aos seus desejos, conhece a sua “medida” e adquiriu a humildade. O seu centro não está mais em si mesmo e sim em Deus (1Cor 3,11; Hb 3,18-4,11; Ap 21,4). Os padres chamam essa “paz” de *apáttheia* (ao pé da letra: “*sem-paixão*”) que não significa “indiferença” (conforme à filosofia estoica) e sim “integração” das paixões humanas nas divinas. O coração indiviso ou casto não é, pois, um coração que renunciou às paixões e sim um coração que vive essas paixões em Deus. O coração casto ou indiviso

não é apático pois impecável ou insensível ao mal e sim um coração que não se deixa corromper pelas paixões desordenadas. O coração casto “sente” o mal, mas não consente. Ele não foge de Deus, como Adão, não se esconde atrás das mentiras, como a serpente; e sim vai ao encontro com Deus, conversa com Deus com franqueza (*parrhesía!*), contempla o mistério de Deus conhecendo e amando a criação na luz de Deus (cf. Mt 5,8).

O que é a pureza? É um coração misericordioso por toda natureza criada... E o que é um coração misericordioso? É o incêndio do coração por toda criatura: pelos homens, pelas aves, pelos animais, pelos demônios e por tudo o que existe. É só pensar neles ou olhar para eles que os olhos desse indivíduo derramam lágrimas, pela violência da misericórdia que aperta o coração por causa da grande compaixão. O coração entenece pela pena e não aguenta ouvir ou ver algo que prejudique ou machuque uma criatura qualquer. E por isso ele oferece orações e lágrimas todo tempo, pelos seres sem razão, pelos inimigos da verdade, pelos que o machucam também a fim de que se purifiquem e vivam; pelas cobras também, por causa da sua grande misericórdia que brota desmedidamente no seu coração, que nem no coração de Deus. (Isaque o Siro)

- O amor reparador do mal

Deus esquece os pecados dos homens...

“Eu sou o que apaga tuas transgressões por amor de mim e já não me lembro dos teus pecados” (Is 43,25)

“...perdoarei sua culpa e não me lembrarei mais do seu pecado” (Jr 31,34)

“...te compadeces de todos, pois tudo podes, fechas os olhos diante dos pecados dos homens, para que se arrependam” (Sb 11,23)

“Lançaste atrás de ti todos os meus pecados” (Is 38,17)

“Dissipei tuas transgressões como névoa e os teus pecados como nuvem” (Is 44,22)

...contudo muitos cristãos, mesmo depois de ter recebido a absolvição, continuam se acusando por causa dos pecados do passado, a lembrança dos pecados os atormenta e os leva a duvidar do perdão de Deus. Se olharmos para a história humana somente do ponto de vista humano (leitura horizontal), devemos admitir que o futuro de uma pessoa é fatalmente determinado pelos seus erros e que a tentativa de apagá-los é ilusão e injustiça (pensando nas vítimas). O “mal” torna-se a palavra sintética da vida. Se, porém, olharmos para a história humana numa perspectiva de fé, isto é numa perspectiva que acredita que Deus é o Deus da vida e não da morte (leitura vertical), podemos então interpretar a vida de uma forma diferente. A palavra sintética não é mais “mal” e sim “perdão”. A promessa divina do perdão antecipa qualquer pecado: “*Em princípio era o perdão*”! Isto significa que a graça de Deus, graça do perdão, graça prometida desde sempre, pode transformar o sentido de todos os fatos acontecidos ao longo da vida. A graça de Deus não transforma as ações que livremente cometemos, pois Deus sempre respeita a nossa liberdade, mas ela pode transformar o sentido da nossa história. Deus não sela os instantes da vida dos seus filhos como se todo ato tivesse um sentido definitivo no momento em que foi realizado. O passado não é trancado e o sentido de uma história atingida pelo mal não é fixado uma vez para sempre. Ao contrário, o perdão sacramental é justamente o caminho do tratamento da memória humana, sendo que a insere na memória da redenção. Deus, o Pai,

nunca deixa de se lembrar do homem, do seu filho, do filho pecador também. Deus não joga fora nada da história do homem, Ele respeita a liberdade do homem ao ponto de não se permitir de eliminar nada daquilo que o homem inscreveu livremente na sua história, nem sequer o rejeito do próprio Deus e todas as suas consequências. Entrando na história Deus respeita a liberdade do homem ao ponto de saber acolher em si, no seu próprio corpo, as marcas da recusa e da inimizade do homem. A ressurreição, com efeito, não apagou as marcas que os homens fizeram nele, as chagas ficam para sempre mas agora são transfiguradas nos estigmas do Amor crucificado, diante do qual o homem poderá se sentir amado, cativado pelas chagas do Ressuscitado, memória de um amor mais forte do que a morte!

“Quem nos separará do amor de Cristo? ... estou convencido de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem o presente, nem o futuro, nem os poderes, nem a altura, nem a profundidade, nem qualquer outra criatura poderá nos separar do amor de Deus manifestado em Cristo Jesus, nosso Salvador” (Rm 8,35-39)

Deus transformou o pior crime da humanidade, a saber a crucifixão do Filho, na hora da sua glória e da nossa redenção:

“É chegada a hora em que será glorificado o Filho do Homem. Em verdade, em verdade vos digo: se o grão de trigo que cai na terra não morrer, permanecerá só; mas se morrer, produzirá muito fruto” (Jo 12,23-24)

Este paradigma salvífico repete-se na história pessoal de todo pecador: Deus sabe inventar uma esperança até quando, do ponto de vista humano, não tem mais jeito. A vida do cristão procede de ressurreição em ressurreição! A eficácia do perdão não consiste, pois, numa forma de esquecimento do passado. Mais do que esquecimento do pecado passado, o perdão é memória constante do pecado *perdoado!* Lembramos do pecado... *perdoado!* Enquanto o pecado ainda não perdoado gera angústia, desespero, neurose... o pecado perdoado muda de sentido: é experiência espiritual do abraço do Pai. O fato de se lembrar do pecado desta forma, como pecado perdoado, é o sinal de que a memória foi curada. E há mais um sinal de que a memória foi curada. Ele consiste em reparar as consequências do mal. Ícone da reparação do mal é Zaqueu (cf. Lc 19). O perdão de Jesus despertou nele a vontade de reparar o mal cometido, de modo a ser perdoado também pelas vítimas dos seus pecados. A lógica da cruz mostra, porém, que a reparação do mal não é só uma *necessidade* para o pecador e sim uma *possibilidade* para a vítima também! A vítima, ciente de que já recebeu o perdão de Deus, apreende ela mesma a perdoar como Deus:

“Sede bondosos e compassivos uns com os outros, perdando-vos mutuamente como Deus vos perdoou em Cristo” (Ef 4,32)

Desistir da vingança e perdoar como Jesus significa reconhecer que o pecador, que nos machucou, é na verdade ele mesmo uma vítima do tentador e significa lhe oferecer a possibilidade de acreditar que exista o bem e a possibilidade de uma história diferente! Quem

olha o pecador com o olhar de Jesus percebe que a pergunta de Deus a Caim: “*Onde está teu irmão Abel?*” (Gn 4,9) transforma-se na seguinte: “*Onde está teu irmão Caim?*”.

“Ninguém deve dizer: ‘Tu pecaste contra mim portanto é tu que tem que chegar a mim primeiro. Eu sou melhor do que ti. É tu que me machucaste. É eu que devo fazer as pazes?’ ... Adão pecou, mas o Senhor não quis agir desta forma. Ele fez-se pequeno e pediu para Adão fazer as pazes. Se o Senhor Jesus permanecesse junto ao Pai, se não viesse ao encontro dos homens, Adão ficaria até agora com raiva dele. Mas o Senhor sabia que a sua humildade nos ajudaria, por isso suplicou o escravo foragido pedindo para ele fazer as pazes” (Tiago de Sarug, 233)

O perdão dos inimigos (cf. Rm 5,10; Lc 6,27-35) é o sinal seguro da presença do Espírito santo em nós.

“Seja um perseguido e não um perseguidor. Seja um crucificado e não um crucificador. Seja um humilhado e não quem humilha. Seja um caluniado e não um caluniador. Seja homem de paz e não zeloso por denunciar o mal. Persiga o bem e não a justiça. A justiça é alheia à conduta cristã, não é assunto presente no ensinamento de Jesus. (Isaque o Siro, 233)

- O verdadeiro conhecimento de Deus

Fruto do perdão é também o verdadeiro conhecimento de Deus. Ninguém conhece a Deus lendo um livro ou refletindo sobre a vida! Procurar a perfeição em momentos de êxtase excluindo a experiência do perdão é ilusão! Sendo que “*só Deus pode perdoar os pecados*” (Lc 5,21), não há experiência mais concreta e certa do toque do Espírito na nossa vida do que a experiência do perdão! É pelo perdão que conhecemos a Deus (cf. Jr 31,34). Quem experimentou o perdão de Deus compreende, finalmente, que Deus não é o que nós sempre pensamos – duro, ciumento, raivoso, vingativo... – e compreende que essa imagem de Deus é fruto da mentira da serpente que visa espalhar suspeita e desconfiança. Ao contrário, quem experimentou o perdão é o verdadeiro teólogo, pois experimentou que Deus é Amor:

“Nós possuímos a respeito de Deus uma inteligência superior e um conhecimento mais alto: o conhecemos como alguém que perdoa, que é bom, que é humilde” (Isaque o Siro, 234)

- O verdadeiro conhecimento de si

O perdão não é somente uma “conversão” a respeito da nossa ideia de Deus e sim a respeito de nós mesmos também. O homem perdoado apreende a se olhar no olhar de Jesus. E no olhar misericordioso de Jesus apreende a se conhecer como filho amado e perdoado, não porque perfeito e sim porque filho. Ícone é Pedro que, negando Jesus, acabou se espelhando no olhar de Jesus e, chorando, começou a se conhecer. Ícone é também o publicano que, na parábola de Lucas, se entrega confiante nas mãos de Deus. Ao contrário, o homem que ainda não experimentou verdadeiramente o perdão é que nem o fariseu que só olha para si e para os outros. Para os outros a fim de se sentir melhor. Para si a fim de se justificar ou elaborar programas espirituais para não mais pecar! Quem experimentou o perdão, ao contrário, renuncia a se defender, a se impor uma estratégia de conversão, a elaborar um programa de santidade... fora do perdão. O perdão de Deus o reconci-

liou com a sua história de fraquezas. Quem experimentou a compaixão de Deus começa a olhar para si mesmo com compaixão:

“A compaixão seja o espelho que em ti reflete a imagem do verdadeiro Protótipo... Jamais chegará à pureza perfeita o coração duro e desprovido de misericórdia. O homem misericordioso é o médico da sua própria alma” (Isaque o Siro, 236)

A passagem da atitude o fariseu que pensa que ele não é como os outros (pois ele *seria* melhor) à do publicano que se sente que nem os outros (a saber pecador como todos) é mais um fruto do perdão!

4. As obras da misericórdia

A misericórdia

1. O evangelho da misericórdia

1.2 O imperativo da misericórdia

1.2 A “teoria” da misericórdia

I cena: a entronização do rei (23,33-34)

II cena: as três interpretações da cruz (23,35-39)

III cena: a interpretação teológica da cruz (23,40)

1.3 O caminho da misericórdia

a. O caminho correto (Lc 6,37-38)

b. O falso caminho (Lc 6,39-42)

2. A teologia da misericórdia

2.1 O Deus da misericórdia

a. A misericórdia como principal “atributo” de Deus (cf. 1.1)

b. A misericórdia como espelho da Trindade (cf. 1.2)

c. A misericórdia divina, origem e meta dos caminhos de Deus (cf. 1.3)

2.2 A misericórdia entre esperança e conversão (a questão da vontade salvífica universal de Deus)

a. As afirmações da Escritura

b. Inferno ou apocatástase?

c. A teologia de H.U. von Balthasar

2.3 O testemunho da misericórdia

a. A devoção do Sagrado coração de Jesus

b. O sofrimento dos inocentes

3. A celebração da misericórdia

3.1 Introdução histórica: o status quaestionis

3.1.1 A prática penitencial da igreja antiga (séc. II-VI)

3.1.2 A tradição monástica e a penitência tarifada

3.1.3 A penitência privada ou confissão: a confissão sacramental

Conclusão: qual lição para a celebração do sacramento hoje?

3.2 A reconciliação

3.2.1 O processo do arrependimento (coração)

a. Os protagonistas (eu, a Palavra, o Espírito)

b. Descrição do processo de arrependimento (fenomenologia)

c. O protagonista: a atitude de Deus (o Pai)

3.2.2 A confissão do pecado (boca)

3.2.3 As obras da penitência (ações)

3.2.4 A absolvição sacramental

3.2.5 Os frutos do perdão

4. As obras da misericórdia